

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFCH

LUANA BORGES DA SILVEIRA

**ELAS REPRESENTAM QUEM, CARA PÁLIDA?**  
**UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS DEPUTADAS**  
**ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (2007-2011)**

Porto Alegre  
2014

LUANA BORGES DA SILVEIRA

**ELAS REPRESENTAM QUEM, CARA PÁLIDA?**  
**UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS DEPUTADAS**  
**ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (2007-2011).**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira

Porto Alegre  
2014

LUANA BORGES DA SILVEIRA

**ELAS REPRESENTAM QUEM, CARA PÁLIDA?**

**UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS DEPUTADAS  
ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (2007-2011).**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Izabel Mallmann – PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jussara Reis Prá – UFRGS

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Rafael Machado Madeira – PUCRS

Porto Alegre  
2014

Essa dissertação é amorosamente dedicada às minhas três paixões, que são o meu pai, Paulo Roberto, a minha mãe, Maria Terezinha e o meu irmão, Demetrius. Sujeitos amados em sua singularidade que me tornam uma pessoa melhor, por dedicarem a mim toda a sua atenção, amor incondicional e por acreditarem nos meus projetos de vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao concluir essa pesquisa, gostaria de fazer alguns agradecimentos a todas as pessoas, que de uma forma ou de outra, auxiliaram em minha pesquisa e me ajudaram a concluir mais essa etapa em minha vida. Agradeço aos colegas do Mestrado e do Doutorado, que sempre estiveram presentes em minhas angústias, dificuldades, alegrias e descobertas e que complementaram meu processo de aprendizado, cada um da sua maneira.

Dedico o agradecimento principalmente à Victória, Pollyana e André. Agradeço aos funcionários do Memorial do Legislativo e da Biblioteca da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALERGS), que me disponibilizaram a documentação necessária para a pesquisa. Da mesma forma, agradeço aos antigos colegas do Departamento de Tecnologia e Informação da ALERGS pela amizade e auxílio com a minha pesquisa, em especial dedico o agradecimento à Naira, Kátia, Ariane, Paulo, Adriane e Gislaine.

Agradeço também ao Matheus e Liziê, que com sua amizade, me ajudaram e contribuíram com o andamento da minha pesquisa. Agradeço aos amigos Renata e Guilherme, que também me auxiliaram, com recursos indispensáveis para a entrega desse trabalho, e que colaboraram como colegas de profissão e como ouvintes fraternos. Agradeço aos amigos que estiveram próximos, manifestando carinho, paciência e amizade nesse caminho longo e ao mesmo tempo curto, que exigiu de mim muito mais do que eu poderia dar, e que só consegui alcançar o objetivo porque sabia que tinha pessoas queridas, que de alguma forma me estenderiam a mão nos momentos difíceis. Não poderei citar todos, mas dedico àqueles que estiveram em todos os momentos e que não foram citados anteriormente: Gabriela, Milena, e Cassandra. Agradeço à Secretária do Programa, Rosane, pela disponibilidade contínua e preocupação durante o Mestrado, pela motivação e por ser uma excelente ouvinte, tanto nos momentos alegres, quanto nos angustiantes e desesperadores.

Agradeço ainda aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande

do Sul, principalmente aos professores de Ciência Política, que aguçaram em mim a vontade de aprender e conhecer mais.

Estendo especialmente e carinhosamente o agradecimento ao Professor e Orientador Rafael Machado Madeira, pelo comprometimento, pela paciência, pelos conhecimentos que acabamos aprendendo mutuamente, e principalmente pelo voto de confiança. Peço desculpas, professor, pela ausência em vários momentos do Mestrado e pela falta de diálogo, quando me afastei de ti e da pesquisa, devido às intempestividades da vida. Saiba que lembrarei com carinho do teu cuidado e atenção com o meu trabalho. Serei sempre grata.

Da mesma forma, agradeço à banca examinadora da Qualificação, Professora Maria Izabel Mallmann e Professora Márcia Ribeiro Dias, por terem aceitado o convite e pelas contribuições. Esse processo me ajudou a “desatar os nós” da pesquisa. Estendo ainda o agradecimento à Professora Jussara Reis Prá, que tão prontamente aceitou o convite para a Banca de Defesa. E agradeço à Professora Ruth Ignácio, por contribuir com sua solidariedade e sua sabedoria.

Agradeço ao CNPQ, pelo auxílio à pesquisa, disponibilizado através da bolsa integral. Continuarei aprendendo com todas e todos, e esse processo e troca de saberes permanecerá ao longo da minha vida.

“Esse projeto – que é o ser humano –, no caso das mulheres, está truncado, porque para poder ser projeto, para *ser meu próprio projeto*, tenho de ter um âmbito de possibilidades de escolha. Se não me concedem mais do que uma possibilidade, não há escolha, não há liberdade” (Simone de Beauvoir).

## RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar a representação política das mulheres através da atuação das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul, no período entre 2007 a 2011. Escolhemos o Rio Grande do Sul para a pesquisa desse trabalho, porque temos acompanhado a trajetória das deputadas desse estado sempre com atenta “curiosidade” em relação aos seus projetos e suas agendas políticas. E justamente por acompanhar a história dessas mulheres políticas é que circunscrevemos a análise das deputadas do Rio Grande do Sul. Dentro dessa análise, queremos verificar se a questão da mulher está na agenda das deputadas. E em caso afirmativo, de que forma elas significam a questão. Mostrando a questão sobre a inserção na política das mulheres nas democracias representativas contemporâneas, o presente trabalho disponibiliza dados sobre a participação das mulheres na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, apresentando como problematização central verificar se as deputadas levantaram questões referentes às relações de gênero na sociedade. Ou seja, queremos identificar se o tema sobre as mulheres é discutido no parlamento.

Palavras-chave: Representação Política; Deputadas; Mulheres; Gênero.

## **ABSTRACT**

The aim of this study is to analyze the political representation of women through Rio Grande do Sul's female state representatives' performance from 2007 to 2011. We chose Rio Grande do Sul to do our research because we have always followed the path of these Parliamentarians with "curiosity" regarding their projects and their political agendas. That is precisely why we decided to focus our analysis on these State's politicians. We want to verify, in this analysis, whether the women issue is on these parliamentarians' agendas or not. By showing the aspect of women inclusion in politics in contemporary representative democracies, this study provides data on the participation of women in the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul, bringing as the central discussion if the parliamentarians raised questions concerning gender relations in society. That is to say, we want to verify if the women subject is discussed in parliament.

Key words: Political Representation; Parliamentarians; Women; Gender.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1. TEORIAS DA REPRESENTAÇÃO</b> .....	<b>19</b>
1.1 A “MULHER-APÊNDICE E A “HERANÇA POLÍTICA” .....	27
<b>2. A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	<b>32</b>
2.1. CULTURA POLÍTICA, COTAS E A QUESTÃO DE GÊNERO .....	34
<b>3. TRAJETÓRIA POLÍTICA E PERFIL DAS DEPUTADAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 2007 E 2011</b> .....	<b>48</b>
<b>4. NÃO BASTA SER MULHER, TEM QUE REPRESENTAR. UMA ANÁLISE DOS DADOS DOS PROJETOS DE LEI E DAS FALAS DE TRIBUNA DAS DEPUTADAS ESTADUAIS DO RS</b> .....	<b>83</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS DIGITAIS</b> .....	<b>111</b>

## INTRODUÇÃO

O tema da representação política das mulheres adquiriu crescente relevância dentro dos espaços públicos de discussão em diversos países nos últimos anos (ARAÚJO, 1999). O objetivo desse trabalho é analisar a representação política das mulheres através da atuação das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul, no período entre 2007 a 2011. Escolhemos o Rio Grande do Sul para a pesquisa desse trabalho, porque aqui encontramos mais facilmente a documentação que precisamos e porque temos acompanhado a trajetória das deputadas desse estado sempre com atento “interesse” sobre os seus projetos e suas agendas políticas. E justamente por acompanhar a história dessas mulheres políticas é que circunscrevemos a análise das deputadas do Rio Grande do Sul.

Dentro dessa análise, queremos verificar se a questão da mulher está na agenda das deputadas. E em caso afirmativo, de que forma elas significam a questão. Mostrando a questão sobre a inserção na política das mulheres nas democracias representativas contemporâneas, o presente trabalho disponibiliza dados sobre a participação das mulheres na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, apresentando como problematização central verificar se as deputadas levantaram questões referentes às relações de gênero na sociedade. Ou seja, queremos identificar se o tema sobre as mulheres é discutido no parlamento.

Decidimos fazer um recorte temporal entre 2007 a 2011, devido ao pouco tempo para a realização da coleta de dados no campo para análise de um período mais longo. As parlamentares dessa legislatura possuíam vasta bagagem na política ao assumir mandato, ou seja, a maioria das eleitas tinha experiência política antes de se candidatarem a deputadas, atuando como vereadoras, prefeitas, na condição de membros de sindicatos, ocupantes de cadeiras na administração da esfera pública ou em lideranças de partidos.

A partir do que foi exposto anteriormente nos deparamos com a seguinte questão norteadora: Quando as deputadas falam no Parlamento das questões das mulheres, existe coerência entre as falas de tribuna das deputadas estaduais do RS, e os projetos de lei e proposições que elas apresentam e levam para pauta? As mulheres representam as mulheres? Em caso afirmativo, como esta questão é

abordada? Até que ponto elas estão representando essa agenda política das mulheres? Estas são as principais questões que norteiam este trabalho. Pretendemos verificar se as deputadas, militantes ou não do discurso feminista ou de um discurso voltado para as mulheres galgaram o caminho da política para exercer sua liderança numa posição onde podem colaborar com a comunidade, trazendo projetos e proposições que efetivamente são voltados para a demanda das mulheres ou se são voltados para o público em geral, ou seja, para a sociedade civil. Isso poderá ser verificado através da existência de proposições e projetos de leis que são realizados durante o mandato, que priorizam a questão especificamente das mulheres, e através do acompanhamento da agenda legislativa das deputadas.

Esta questão é importante, pois nos responderá se os discursos voltados ao ideário feminino e os discursos feministas são somente estratégias eleitorais, ou se são o início de uma agenda parlamentar que será retomada no mandato, priorizando ações para as mulheres. Não iremos trabalhar com o discurso eleitoral das deputadas, pois nos propomos a estudar as suas falas na tribuna, depois de eleitas. Ou seja, pretendemos estudar as suas falas no Parlamento. Segundo Costa:

Quando temos mais mulheres no Parlamento ou no Executivo, o tipo de demanda e de políticas implementadas são diferentes, inclusive em função da divisão sexual do trabalho: é apanágio das mulheres cuidar das crianças e, cada vez mais, dos idosos. Existe então esta divisão sexual do trabalho [...] E quando alçada a postos de tomada de decisão, seja de secretária municipal, seja de Vereadora, seja de Prefeita, quase que 'intuitivamente' a mulher encaminha demandas relacionadas com este universo. Segundo a divisão sexual de trabalho, a mulher está para o trabalho reprodutivo assim como o homem está para o produtivo. Da mesma forma, a mulher está para o privado assim como o homem está para o público (2001, p. 221-222).

Verificaremos ainda, através da análise das falas e dos projetos se a mulher é representada pelas parlamentares e como a mulher é retratada nas falas e projetos. A entrada da mulher na representação política e, especificamente, nos espaços das Assembleias Legislativas vem sendo objeto de vários estudos acadêmicos desde o início da década de 1990 (ARAÚJO, 2005). Iremos analisar as falas de tribuna das deputadas estaduais do RS para verificar à quais interesses estão voltadas essas deputadas e quem elas realmente desejam representar. Após essa análise, iremos verificar, a partir dos dados coletados, a existência de uma

relação direta entre o Discurso Feminista e o Discurso do Ideário Feminino. Criamos essas duas categorias, para analisarmos as falas e os projetos. O Ideário Feminino está associado à ideia de uma concepção conservadora sobre a mulher. Trata dos temas voltados à questão da vida privada, da saúde feminina, da mulher como educadora e assistencialista, e das homenagens em geral às mulheres.

São as falas e os projetos com temas sobre a família, direitos reprodutivos, infância e adolescência das mulheres. O Ideário Feminino traz em seu conceito uma ideia do que é ser “boa mãe e boa esposa”. São temáticas que tratam da mulher de uma forma mais conservadora, sem vínculo com questões de autonomia da mulher, como emancipação e igualdade política, que são temáticas relativas ao Discurso Feminista.

O conceito de Discurso Feminista se refere à luta pela igualdade de direitos e autonomia das mulheres, tanto na esfera privada, quanto na pública. É uma ação política em favor da transformação da sociedade através da participação com igualdade e de representação política de homens e mulheres. Trata do direito a ter educação em todos os níveis de acesso, direitos reprodutivos e a participação política.

Criamos essa distinção entre as duas falas, que são analisadas nos pronunciamentos de tribuna das deputadas, porque julgamos haver diferenças cruciais entre os dois, levando em consideração que o Discurso Feminista carrega consigo uma ideologia política de reflexão e de transformação. Essas duas categorias irão estruturar o nosso trabalho.

Entendemos que a partir do período pós-constituente, a atuação das mulheres na política e sua representação estão sendo mais debatidas e proposições e projetos de lei estão sendo colocados em prática. A importância desta investigação justifica-se, pois é dentro deste contexto histórico, político, social e cultural que estão concentradas atualmente as lutas das mulheres e sua emancipação, contemplando nesse novo fenômeno político as minorias étnicas, as lutas de gênero, e os partidos políticos que debatem essas interações e apresentam uma nova mulher com qualidades e capacidade política de governar nosso Estado e nosso país. Ainda temos uma imagem das mulheres políticas caracterizada pela exclusão das deputadas das estruturas de poder e pela presença de uma grande gama de estereótipos sexistas que perpetuam esta exclusão e dificultam, quando

não impedem, a inclusão e interação da mulher dentro das esferas de deliberação, cerceando, da mesma forma, o exercício da própria cidadania plena (COSTA, 2001). Foi por meio das campanhas eleitorais de 2010 que tivemos a vontade de conhecer e de pesquisar as mulheres políticas e sua representação, principalmente sob um recorte de gênero, pois observamos que pelo menos uma das candidatas de cada partido falava da importância da inclusão das mulheres no cenário político.

E, da mesma forma, a mulher foi produzindo uma demanda enorme de estudos, trabalhos, debates sobre a sua condição, em diversas áreas do conhecimento, como Sociologia, História, Ciência Política, Antropologia, Direito, Educação, Biologia, Medicina, Psicologia, entre outras (SILVEIRA, 2008). Dentro desse cenário atual, é possível observar que o pleito da primeira presidenta do Brasil, em 2010, e a composição de um grupo de governo apresentando muitas mulheres em cargos estratégicos já reflete a forma que os brasileiros tomam posicionamento diante da discussão da representatividade das parlamentares na política. Entretanto, ainda temos poucas mulheres no parlamento.

A sub-representação política das parlamentares do Brasil está na contramão da ascensão das mulheres dentro do cenário político. O processo de cidadania das mulheres na política evidencia determinado contexto histórico de exclusão de uma representação política parlamentar, fato político que se tornou um pensamento sexista. Essa exclusão caracteriza-se mais como um comportamento natural da mulher observada de fora do sistema da representação política.

Na primeira parte do trabalho, daremos o mapa geral do que vamos discutir, e no decorrer do mesmo, trataremos de tentar responder a questão que nos norteia. Na realização desta pesquisa pretendemos dar uma pequena contribuição para a análise e compreensão da história e atuação das mulheres no parlamento. Conforme grande parte dos trabalhos, esse tema necessita de coleta de dados de sucessivos discursos e documentos. Por outro lado, por se tratar de um tema que consideramos importante para a repercussão nacional na Ciência Política, principalmente para os estudos de mulheres nos partidos políticos, faz-se necessária a interlocução com estudos que abordam o mesmo tema, como Finamore (2006)<sup>1</sup>, Ismério (1995) e Kinzo (2001)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> FINAMORE, Maria Cláudia; CARVALHO, Coin Eduardo João. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006.

No primeiro capítulo apresentaremos o referencial teórico da nossa pesquisa, que é baseado nas teorias da representação política onde utilizamos Sartori (1962); Jorge e Filho (2009)<sup>3</sup> e Manin, Przeworski e Susan (2006)<sup>4</sup>. Falaremos do tema das mulheres e sua representação e o interesse das mulheres pela política. Discutiremos sobre a sub-representação das parlamentares.

No subcapítulo 1.1, abordaremos os conceitos de “Mulher Apêndice” e “Herança Política”. Nessa parte do capítulo verificaremos através da trajetória política das deputadas quais delas podem ser identificadas como “Mulher Apêndice”<sup>5</sup> e quais deputadas se lançaram na política sem a influência de parentes envolvidos nesse cenário.

O segundo capítulo discute mais especificamente sobre a baixa representação das parlamentares (RIBEIRO, 2011). No subcapítulo 2.1, trataremos dos temas sobre cultura política, e a questão das mulheres no poder da elite política, com Inglehart e Welzel<sup>6</sup> (2005), Borba (2005)<sup>7</sup>, Costa (1998) e Finamore (2006)<sup>8</sup>.

---

<sup>2</sup> ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher: a moral e o imaginário: 1889 – 1930**: Rio Grande do Sul. EDIPUCRS. 1995. KINZO, MARIA D'ALVA G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo, Perspec.*, Dez 2001, vol.15, no.4, p.3-12. ISSN 0102-8839.

<sup>3</sup> Teoria da Representação no Estado Representativo Moderno. Minas Gerais: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 1962.  
CASTRO, Jorge Abrahão; MORAES NETO, Manoel; SADECK, Francisco; DUARTE, Bruno; SIMÕES, Helene. **Análise da evolução e dinâmica do Gasto Social Federal: 1995-2001**. Brasília: Ipea, 2003, p. 9. (Texto para Discussão, n. 988).

<sup>4</sup> MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.º 29 ano 10. p: 5-34, 1995.  
\_\_\_\_\_; PRZEWORSKI, Adam and Stokes; SUSAN C. Eleições e representação. **Lua Nova**, 2006, no.67, p.105-138. ISSN 0102-6445.

<sup>5</sup> Ao longo do capítulo, será apresentada a definição deste termo, cunhado por COSTA, Ana Alice. **As donas no poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador: Assembléia Legislativa/NEIM, 1998.

<sup>6</sup> INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence**. New York, Cambridge University Press, 2005.

<sup>7</sup> BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opin. Pública**, Mar 2005, vol.11, no.1, p.147-168. ISSN 0104-6276.  
\_\_\_\_\_. **(Org.). Movimentos sociais, participação e reconhecimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008, p. 143-164.

<sup>8</sup> COSTA, Ana Alice. **As donas no poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador: Assembléia Legislativa/NEIM, 1998.

Discutiremos também a questão de gênero no Brasil, dentro da cultura política e o imaginário criado sobre a mulher, utilizando Ribeiro (2008), Ismério (1995) e Louis (2006)<sup>9</sup>. Para além disso, trataremos das cotas por sexo no Brasil e a representação das deputadas, com Oliveira (2002) e Araújo (1999; 2001)<sup>10</sup>. Na sequência, faremos considerações sobre a participação, representação e discurso feminista, utilizando Phillips (2001)<sup>11</sup> e o tema da representação das deputadas discutido através da Lei de Cotas de Araújo (1999)<sup>12</sup>.

As cotas eleitorais representam uma ferramenta no fenômeno da presença das parlamentares nas Assembleias Estaduais, pois é um mecanismo que auxilia na diminuição do preconceito, e é uma alternativa positiva para tentar solucionar o problema da pequena representação das mulheres dentro das Casas Legislativas.

O terceiro capítulo trata das origens das deputadas estaduais do RS e sua trajetória política. Apresentaremos o perfil das parlamentares, o número de mulheres no parlamento durante o período proposto a ser analisado e o acompanhamento da agenda política das deputadas, analisando as ações voltadas para as mulheres. Em primeiro lugar, trataremos do perfil pessoal e político das parlamentares, e, em

---

FINAMORE, Maria Cláudia; CARVALHO, Coin Eduardo João. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006.

<sup>9</sup> RIBEIRO, Marilene da Cunha. **A construção do imaginário da mulher brasileira na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: o que revelam os jornais do período de 1890 a 1910**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, 2008.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher: a moral e o imaginário: 1889 – 1930**: Rio Grande do Sul. EDIPUCRS. 1995. LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me: **o que significa gênero?** *Soc. estado*. [online]. 2006, vol.21, n.3, pp. 711-724. ISSN 0102-6992.

<sup>10</sup> OLIVEIRA, de Rosane Cristina. Poderes Executivo e Legislativo: um painel sobre a nova fase de organização de interesses no interior do Estado (Brasil–anos 90). **Revista Acadêmica Multidisciplinar URUTÁGUA**, [online]. Ano I - Nº 04 - Maio de 2002 - Quadrimestral - Maringá - PR - Brasil - ISSN 1519.6178.

ARAÚJO, Clara. Cidadania Incompleta: **O Impacto da Lei de Cotas sobre a Representação Política das Mulheres Brasileiras**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 1999.

\_\_\_\_\_. “As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais”. **Dados**, 44 (1): 155-195, 2001.

<sup>11</sup> PHILLIPS, A. **De uma política de ideias a uma política de presença?** *Estudos Feministas*. Ano 9, 2º semestre, 2001.

<sup>12</sup> ARAÚJO, Clara. Cidadania Incompleta: **O Impacto da Lei de Cotas sobre a Representação Política das Mulheres Brasileiras**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 1999.

seguida, falaremos das políticas defendidas pelas deputadas com base nos dados encontrados nos sites institucionais das deputadas, na Biblioteca da ALERGS, no Memorial do Legislativo, nas notícias publicadas em sites da internet e no site oficial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Na sequência, voltaremos a falar das principais contribuições de Inglehart e Welzel (2005).<sup>13</sup> Utilizaremos esses autores para abordarmos as questões que tratam da mulher na cultura política dentro do processo democrático. Para que seja justificada a representação das Deputadas na política, é necessário que o seu desempenho seja igual, em média, ao dos deputados.

Mas qual a importância da presença das deputadas na política para as mulheres? Consideramos que a representação das mulheres no parlamento se torna mais importante quando conseguimos tratar da questão de gênero e identificar as falas e os projetos que são voltados para as mulheres e que é colocado em prática.

No capítulo IV, apresentaremos a metodologia da pesquisa e falaremos sobre a análise dos dados que encontramos em nosso trabalho. Contextualizaremos a criação da dicotomia para as categorias, denominadas de Discurso Feminista e Ideário Feminino, e que foram definidas de acordo com as falas de tribuna e dos projetos das deputadas que ocuparam as cadeiras da ALERGS, entre 2007 a 2011. E, por fim, o trabalho será concluído com a apresentação das considerações finais, que vai estabelecer um perfil das deputadas que ocuparam cadeiras dentro da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul na 52ª Legislatura, em especial ao que se refere às suas ações políticas e aos projetos colocados em pauta. Falaremos sobre determinadas características da participação na política das deputadas estaduais do estado entre 2007 a 2011, na intenção de entender se as parlamentares trouxeram temas relativos à problemática das questões de gênero e verificar se as falas têm coerência com as proposições encaminhadas.

---

<sup>13</sup> INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence**. New York, Cambridge University Press, 2005.

## 1. TEORIAS DA REPRESENTAÇÃO.

Como já falamos na introdução, o tema das mulheres e sua representação na política adquiriu crescente destaque nos espaços públicos de debates em diversos países nas últimas décadas. Entretanto, os conceitos de representação política dentro de sistemas democráticos possuem diversas definições. Representação política e democracia se tornaram assuntos polissêmicos e isso não é novidade (JORGE e FILHO, 2009) <sup>14</sup>. Com Pierre Bourdieu, podemos entender que as representantes têm uma autorização dos representados, para efetivamente representar, e essa autorização dá direito ao representante, além do poder na política, o direito de um poder simbólico, que confere a ele determinada confiança, relacionada ao crédito do grupo (BOURDIEU, 2003). Esse capítulo tem como propósito falar sobre a relação entre os conceitos de representação política dentro dos contemporâneos estudos e práxis democráticas, que entendem o sistema como potencialmente apto para gerar práticas mais justas e inclusão social. É acordado entre um número significativo de teóricos que a democracia representativa assim como foi se formando no século XX não tem sido capaz de resolver os graves conflitos sociais e culturais que a sociedade atual apresenta e um desses graves conflitos é a baixa participação das mulheres no parlamento. Para Miguel e Biroli (2010):

A sub-representação das mulheres na esfera política é, hoje, entendida como um problema. Mas as explicações para essa discrepância específica entre o universo dos eleitores e o universo dos eleitos ou dos que ocupam outras posições que lhes conferem poder variam, dando destaque para diferentes aspectos das relações de gênero. (Miguel e Biroli, 2010, p. 653-4).

Para tal, é primordial que a política se torne um espaço em que o sexo masculino e o feminino atuem de maneira menos desequilibrada e desigual, pois assim aqueles que ganharão com esse processo serão os cidadãos de uma sociedade democrática e com equidade de gênero. A representação política implica em um ato de apresentar ao público aquilo que é feito na prática. Temos a representação através da prestação de contas, que é o processo de eleição que serve para dar continuidade ao governante que é responsável pelos frutos das suas

---

<sup>14</sup> Para ver mais, acessar: [www.humanas.ufpr.br/evento/sociologiapolitica-](http://www.humanas.ufpr.br/evento/sociologiapolitica-) A Democracia Sul-Americana em perspectiva comparada: os casos do Brasil, da Bolívia e da Venezuela.

ações anteriores (MANIN, PRZEWORSKI e STOKES, 2006, p. 106). Para esses autores, representação é um tema para debate porque os políticos têm objetivos, interesses e valores que são seus, e eles têm noção de informações e tomam decisões que os eleitores não conseguem notar ou só podem fiscalizar através de certo custo, que são os custos da informação política (DOWNS, 1999, cap.12).

Assim, a questão que se refere à representação por mandato é saber se as ações políticas dos governantes se tornarão as mesmas que as das suas plataformas eleitorais, e se seguir esta plataforma será bom para os eleitores (MANIN, PRZEWORSKI e STOKES, 2006, p. 108). As condições sob as quais a representação através do mandato ocorre são determinadas por três questões: quando os interesses dos governantes e dos eleitores são os mesmos, ou possuem plataformas semelhantes, quando os governantes estão motivados pelo desejo de uma reeleição e acreditam que os cidadãos vão reelegê-los se eles executarem ações políticas defendidas durante o processo eleitoral, e quando os governantes estão preocupados com a confiabilidade das suas futuras promessas de campanha.

Podemos observar que a forma de representação através do mandato é uma condição em que as ações políticas utilizadas pelos representantes dão continuidade às suas plataformas eleitorais e essas ações políticas se tornam as melhores para os eleitores sob as condições observadas pelos governantes (MANIN, PRZEWORSKI e STOKES, 2006). Nós escolhemos ações políticas e plataformas que representam nossos interesses ou políticos que nos representam como cidadãos, mas desejamos que os governantes tenham a capacidade de governar.

Em razão disso, embora preferíssemos que os políticos se mantivessem apegados às suas promessas, o processo de democracia não contém mecanismos formais para assegurar que as escolhas dos eleitores sejam respeitadas (MANIN, PRZEWORSKI e STOKES, 2006). E assim, surge uma dúvida de como os governantes irão agir se a informação é assimétrica em ambos os sentidos - os eleitores não estão certos em relação às condições sob as quais se faz a política, e os governantes estão incertos em relação aquilo que deve satisfazer os eleitores (MANIN, PRZEWORSKI e STOKES, 2006). As democracias não são todas iguais, e é possível que certos processos democráticos promovam um pouco mais a representação do que os outros sistemas (MANIN, PRZEWORSKI e STOKES, 2006). Embora a democracia não possa garantir que haverá representação, é

plausível, todavia, que o processo democrático conduza mais à representação do que outros processos alternativos (MANIN, PRZEWORSKI e STOKES, 2006). É frequente a afirmação de que o processo de representação política está passando por uma crise nos países do ocidente (MANIN, 1995). A eleição de representantes já não parece uma forma pela qual os cidadãos apontam as políticas que almejam ver executadas. O aparecimento dos sistemas partidários de massa e dos próprios programas de partidos modificou a sua relação de representação política. A existência de sistemas partidários que se organizavam aproximava os representantes dos cidadãos (MANIN, 1995).

Para Manin, existem três tipos-ideais que definem as diferentes fases do governo representativo, que são expostos em seu texto *As Metamorfoses do Governo Representativo*: o “parlamentar”, a “democracia de partido” e a “democracia do público”. Esses tipos ideais não esgotam todas as maneiras prováveis de governo representativo, nem mesmo todas as maneiras que ele assumiu na verdade.

A natureza exata de uma representação política tem sido alvo de muita controvérsia, mas, de maneira geral, há concordância na compreensão de que não existe representação política quando os representantes não são periodicamente eleitos por seus representados (MANIN, 1995). Na prática, é permitido construir instituições e procedimentos que deleguem para o povo maior fiscalização em relação aos seus representantes.

Porém, o governo representativo em nenhum momento teve que ser um sistema em que os representantes têm a obrigação de realizar o desejo dos representados, pois esse sistema nunca teve que ser uma forma não direta de soberania da população. Tanto o autogoverno da população quanto a representação absoluta se voltam para a eliminação da distância entre representantes e representados. O autogoverno porque torna os governados os novos governantes e a representação absoluta porque substitui os representados pelos representantes (MANIN, 1995). O governo representativo, diferente desses governos, mantém essa não proximidade.

Para Sartori (1962), o estado representativo tem o poder de ser rejeitado por dois motivos: ou negando que o que chamamos de representação política possua a natureza e as características de uma real e legitimada relação de representação política, ou, então, porque se deseja uma “democracia maior”, não sendo assim o

bastante um sistema democrático não direto. Mesmo sabendo que a representação política não consegue assegurar todos os desejos e interesses da população em geral, não queremos em nenhum momento negá-la, e sim discuti-la, a partir do que consideramos como específico, que é o fato da existência da representação política das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul e tentaremos definir como se dá essa representação.

Especifica-se representação política na tentativa de explicá-la como sendo referida ao instituto privado de cada mandato (SARTORI, 1962). São dever e atribuição da ciência política apontar e caracterizar o funcionamento efetivo dos governos representativos. É dever também identificar como os sujeitos são representados e quais identidades, visões de mundo e interesses são priorizados no exercício da representação.

O fato de as deputadas serem eleitas não quer dizer que elas possam representar. É verdade que as deputadas não estão ligadas somente por mandato, mas isso não nos possibilita concluir que elas não estão unidas à coisa alguma ou que não representam algo ou alguém. E também é verdade que não há maneira de obrigar o representante a ajustar-se ao cargo recebido (Sartori, 1962).

O sentido de estarmos representados não é colocado nesse momento pelo fato de nós como cidadãos termos contribuído ou não, com nosso voto, para a formação do parlamento, mas sim, pela presença ou não, no parlamento, de alguém que consiga aprofundar-se com o nosso assunto, que fale a mesma linguagem, que tenha sensibilidade conosco (Sartori, 1962). As representantes podem e praticamente vão divergir dos sujeitos em nome de quem elas têm alguma ação, não apenas em suas peculiaridades sociais e de orientação sexual, mas ainda no entendimento sobre o espaço dos verdadeiros interesses de seus constituintes (PHILLIPS, 2001). Para que se tenham ações voltadas para as mulheres, é necessário que mais mulheres ocupem as cadeiras do parlamento e que o debate sobre a questão de gênero seja permanente.

O problema da representação política, bem como todos os problemas empíricos, é da mesma forma um problema de como é essa representação e como ela acontece enquanto representação (SARTORI, 1962). Mas, para isso acontecer, será necessário esclarecer o sentido da palavra representação. Etimologicamente

falando, representar significa: apresentar novamente, e por extensão, fazer presente alguma coisa ou alguém que não está presente.

O funcionamento de um sistema representativo depende de todos os representados. Se não podemos esperar e exigir demais das democracias representativas, é em primeiro lugar porque os eleitores são o que são, porque não estão muito incluídos e interessam-se ainda menos, porque seus desejos e seus comportamentos de votação são extremamente desarticulados (SARTORI, 1962).

Dentro do estudo das democracias representativas, Sartori (1982) tratou também sobre a definição de “partido político”, observando o partido como uma parte e ainda como um todo, suas propriedades: comunicação, canalização e expressão (a própria criação, as frações, suas vertentes e as tendências), chegando à diferenciação dos sistemas partidários, e de maneira mais geral, podemos citar os sistemas competitivos e não competitivos.

Dentro dos sistemas partidários, seria preciso ter conhecimento de como estamos representados de fato, em relação ao comportamento dos eleitos (Sartori, 1962). Mas paramos com a explanação antes de acabarmos com a explicação, porque chegamos nesse momento no limite entre aquilo que já foi estudado e aquilo que está por estudar.

Analisaremos as parlamentares. Identificaremos como as deputadas representam e estão representadas. A partir da década de 1990 o tema da representação política das mulheres ganhou a atenção de estudos acadêmicos e também de ações do movimento de feministas (MIGUEL e BIROLI, 2009). Esse movimento foi alavancado através de dois aspectos de um mesmo processo. Pelo contraste entre, por um lado, o nível de inserção das mulheres em esferas da vida da sociedade, bem como o mundo do trabalho, a educação e ainda a própria participação cívica, e, por outro lado, a mínima inserção nas esferas de decisão do poder e por algumas ações no sentido de acabar esse quadro, baseadas, fundamentalmente, nas experiências das políticas de cotas visando a competitividade legislativa<sup>15</sup>. A baixa representatividade do sexo feminino é discutida em diversos momentos, partindo de determinado pensamento reflexivo acerca da

---

<sup>15</sup> Para ver mais, acessar:

[http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Executivo/A\\_Intercessao\\_entre\\_Genero\\_e\\_Partidos\\_Politicos\\_no\\_Acesso\\_das\\_Mulheres\\_as\\_Instanceas\\_de\\_Representacao.pdf](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/pdf/Executivo/A_Intercessao_entre_Genero_e_Partidos_Politicos_no_Acesso_das_Mulheres_as_Instanceas_de_Representacao.pdf)

política e da democracia representativa, cenário em que acontece a exclusão do elemento feminino, dos fenômenos de decisão (KUNZLER, 2008). É preciso aprofundar a discussão em relação à sub-representação do sexo feminino nos espaços de poder como a cultura do patriarcalismo, desvantagens das mulheres nos cenários da política eleitoral (KUNZLER, 2008).

Ainda estamos distantes da paridade entre a representação das mulheres e a masculina na política brasileira, embora tenha existido em alguns cargos aumento relevante (RABAY E CARVALHO, 2011). Em relação ao ano de 2006, por exemplo, foram eleitas o dobro de mulheres ao Senado. Já na Câmara dos Deputados, houve uma diminuição de 46 para 44 mulheres.

E nas eleições estaduais, registra-se um pequeno acréscimo do número de mulheres eleitas, que passou de 123 deputadas, em 2006, para o número de 139, em 2010, representando um número perto de 12% do total de eleitos nas Assembleias Legislativas de todo o país. Na Região Sul, em 2010, tivemos três candidatas à governadora, sete para vice-governadora, seis para Senadora e oito para Primeira Suplente de Senador.<sup>16</sup>

As análises das atuais eleições brasileiras mostram a dificuldade na busca de se superar o baixo índice de gênero dentro da política, ao mesmo tempo em que mostra a fragilidade da política pública e da Lei de Cotas- Lei 9.504/1997- como uma ferramenta criada na tentativa de impulsionar a representação política mais equilibrada entre mulheres e homens em todas as esferas legislativas.

Existem países que não fazem uso das cotas dentro da lei eleitoral e, mesmo possuindo uma criação cultural semelhante, apresentam números de inserção feminina dentro da política bem mais favoráveis que os do Brasil (ALVES e ARAÚJO, 2007). Costa (2001) entende que um dos aspectos problemáticos da baixa representação feminina está dentro da criação do processo liberal da democracia que, ao privilegiar a esfera pública, reforça a exclusão do sexo feminino.

---

<sup>16</sup> (Fonte: TSE. Dado acessado em 29/03/2011).

Para Tabak:

Um dos resultados dessa socialização diferenciada das mulheres está refletida em sua atitude em relação à política. A política é frequentemente vista como não sendo um domínio da mulher ou com a qual elas deveriam tratar. E muitas mulheres, quando entrevistadas, dizem que “não estão interessadas em política”, ou que a política “é coisa de homem”. Por isso, muitas mulheres talentosas e capazes, que conquistam prestígio, reconhecimento e liderança através de sua participação ativa em diferentes tipos de movimentos sociais, nem sequer pensam que elas poderiam (ou deveriam) ser indicadas para um mandato no Parlamento (Tabak, 2002, p. 104).

Para haver a transformação da passagem da presença feminina em movimentos de base para a representação dentro dos segmentos formais de poder, é preciso que se filie a um partido político. E é dentro desse espaço que se encontram várias outras barreiras para ocuparem os cargos eletivos (PINHEIRO, 2010). Apontamos a preocupação das deputadas em relação a temas afetos ao social, em particular relacionados à questão de cuidar, e a sua capacidade de entrar com novos temas dentro da agenda legislativa são justificativas normalmente empregadas para defender a participação das mulheres na política das instituições.

A eleição de políticos que representam a população já não aparenta ser um meio pelo qual os sujeitos apontam as políticas que querem que sejam executadas (MANIN, 1995). Além disso, a arena política tem sido progressivamente dominada pelos elementos técnicos que esses sujeitos não dominam. O abismo entre os governantes e a sociedade civil, entre representantes e representados, aparenta estar crescendo. As representações políticas das mulheres podem ser entendidas com as leituras de Foucault sobre as relações de poder, pois são leituras que além de demonstrar uma prática diferente, também apresentam determinada expectativa em dividir, negociar, de entrar no jogo de forma mais aberta (FOUCAULT, 1996).

É encontrar um inovador e diferente tipo de pôr em discurso e práxis os juízos de princípios e valores. Contudo, o debate deve ser permanente, buscando uma participação cada vez maior, pois a bibliografia que trata do tema das mulheres na esfera da política, como ÁLVARES (2008); AVELAR (2001) e COSTA (2009), indica que as dificuldades primordiais de representação na política das mulheres estão associadas com as divisões culturais, no entendimento de papéis diferenciados para a mulher e o homem. A discussão sobre a representação política das deputadas deve ser levada em consideração porque o representado se vê na representante- é

o olhar do espaço público representativo como um pequeno pedaço da sociedade, o que exige uma esfera que proponha ações no corpo legislativo. Outras formas de argumentação para a abrangência da representação das mulheres (que serão indicadas aqui, no decorrer do trabalho) partem da premissa de que as mulheres se devem fazer representar politicamente não porque são os vetores de uma política sem interesses, mas, pelo contrário, porque têm vontades especiais, interesses legitimados, ligados à questão de gênero, que necessitam ser considerados.

No momento em que o sistema político está estruturado de tal maneira que veda ou coloca obstáculos na expressão dessas vontades- ou de quaisquer outras- revela-se injusto. É pertinente, enfim, levar em consideração que as políticas sobre a questão de gênero não ultrapassam os grupos sociais, ao contrário, mostram a importância da ação desses grupos no que se refere ao protagonismo dos indivíduos em sociedade (PEDRO e GUEDES, 2010). Para além das grandes garantias de direitos para as mulheres no último século, sobretudo as leis que foram apresentadas de forma resumida, ainda há muito que realizar para que acabe o quadro de omissão das mulheres (PEDRO e GUEDES, 2010).

É necessário que o estado legitime cada vez mais as políticas públicas e afirmativas voltadas para a mulher, e que o papel principal do movimento feminista aumente a presença da mulher no cenário público na luta pela conquista de direitos e aumento de novos direitos (PEDRO e GUEDES, 2010). O parlamento deve apresentar projetos e discussões que invistam nas políticas públicas para as mulheres (PEDRO e GUEDES, 2010). Essas políticas sensíveis a gênero têm que basear-se no reconhecimento de que ações e rotinas organizacionais necessitam de novos procedimentos, como a inclusão de atores implicados na construção de políticas afirmativas nas instituições de ações decisórias, a desagregação dos índices por gênero e etnia e a revisão dos impactos variados das ações do governo em vários movimentos socioculturais, principalmente, naqueles ainda mais necessitados (BANDEIRA, 2005). Está subjetiva, aí, a visão de que a mulher será a melhor advogada de suas próprias demandas e projetos.

É a partir da disseminação desta crença que a sub-representação das mulheres passa a ser entendida como injusta. O que parece é que as mulheres, apenas pelo fato de serem mulheres, terão sempre vontades idênticas, mas não é porque são mulheres, que elas têm que representar somente as mulheres, já que

seus eleitores não pertencem somente ao grupo feminino. O representante político deve defender os interesses do seu segmento não deixando de identificar as urgências e demandas de outros segmentos. A representação política pode ser vista, da mesma forma, como uma relação, entre o parlamentar e o próprio constituinte, que possibilita que o parlamentar fale sobre suas opiniões e prioridades dentro da vontade do estado.

A maneira de fazer política mais “humanizada”, que seria das mulheres, tem sido denominada de “política do desvelo” (PINHEIRO, 2010). Se há poucas mulheres no parlamento estadual, devemos entender também o processo eleitoral, pois a eleição é a ferramenta que garante formalmente a representação política.

No próximo subcapítulo, verificaremos a questão da “herança política”. Além disso, diferenciaremos as deputadas que têm carreira autônoma e as que seguem a trajetória herdada de seus parentes ou cônjuges políticos.

## 1.1 A “MULHER-APÊNDICE” E A “HERANÇA POLÍTICA”.

A ideia central dessa parte do trabalho é tratar sobre as parlamentares na Assembleia Legislativa do RS, privilegiando as histórias de vida das deputadas, biografias e pronunciamentos, para entender os sentidos dados por elas à sua inserção e o acesso das mulheres como um todo no campo da política. Os entraves e empecilhos para a inserção feminina residem no cenário de uma cultura patriarcal que, há pouco tempo atrás, determinava às mulheres apenas as esferas privadas e uma vida marcada por fases da vida, particularmente a fase materna (RABAY, 2008).

Fundamentada em valores patriarcais, a cultura também não preparava a mulher em relação à atuação plena no espaço da esfera pública, demarcada por princípios da masculinidade que costumam disseminar e perpetuar as vontades dominadoras da esfera pública. As mulheres na política carregam estereótipos criados em uma sociedade patriarcal. Esses estereótipos trazem muitos elementos para o debate da Ciência Política. Queremos tratar em nosso trabalho de dois conceitos que consideramos importante para o caso das deputadas no parlamento gaúcho: “Mulher apêndice” e “Herança Política”. Esses conceitos são analisados em um mesmo contexto, levando em consideração que os seus significados fazem parte

da cultura patriarcal, e que, portanto, não são conceitos diferentes entre si. Uma dúvida corrente diz respeito à uma ausência de autonomia e uma relação das mulheres que depende dos esquemas das famílias na política. É fato que, sendo a política um cenário de grande dependência familiar, e um local em que os parentes têm papel de decisão nos fenômenos de tomada de poder, as mulheres políticas, em grande parte, também estão atreladas a estes esquemas. À esse respeito, Avelar (1987) diz que, sob vários aspectos, as famílias continuam a ser o eixo principal de análises que trabalham com a explicação sobre os processos pelos quais as pessoas são inseridas na política.

No Brasil, essa discussão está em pauta, em especial porque em muitos estados, inclusive no Rio Grande do Sul, temos a imagem de mulheres na política lembradas como “esposas”, também denominadas de “mulher apêndice”, ou seja, eleitas tão somente porque são esposas de alguém, e tem o sobrenome relacionado a lideranças políticas.

O termo “mulher apêndice” é usado por Costa, e para a autora:

Geralmente os homens lançam mão de suas mulheres – esposas, filhas, irmãs [...] sempre que necessitam de alguém de confiança que os substitua formalmente na representação burocrática do poder, sem que isso signifique uma perda do controle desse poder. (COSTA, 1998, p.147).

Por serem “mulheres apêndices”, talvez as deputadas do Rio Grande do Sul consigam lidar melhor com as tensões existentes no processo de ter, concomitantemente, uma carreira política e uma vida dentro do espaço privado, pois convivem com essa dicotomia o tempo todo, e essas tensões indicam que a conciliação entre público e privado possui a face do discurso feminista, que é utilizado com um instrumento fundamental de pesquisa.

Todos os sujeitos enfrentam um fato igual em todas as sociedades- a diferença entre os sexos (LAMAS, 2007). Todo processo cultural realiza sua própria simbologia da diferença entre gêneros, e traz múltiplas versões da diferença entre homem e mulher. A característica dos sujeitos é a fala, que traz determinada função simbolizadora e que é elementar para sermos sujeitos e seres sociais. Através de uma estrutura psíquica que traz também ao inconsciente e mediante a linguagem, que é mundial, mesmo que tome formas diferenciadas, os sujeitos simbolizam a diferença sexual (LAMAS, 2007). Existem várias significações desta constante

cultural universal que é a diferenciação entre os sexos. Ou seja, existem vários esquemas de gênero. A presença da mulher nos ministérios, parlamento, prefeituras, governos, secretarias, ou mulheres em trabalhos compreendidos como masculinos, respaldam e ajudam a entender que a mulher tem a possibilidade de atuar em todos os lugares na sociedade (SOARES, 2004).

Inclusive neste âmbito observam-se certas transformações, mas que ocorrem em um ritmo devagar, e é devido a isso que se o estado agregar ações políticas que permitam conciliar a vida familiar e o trabalho, precaver e coibir a violência sexual e doméstica, com certeza a mulher se encontrará em melhores situações para tomar iniciativas criativas, exercer sem tanto sofrimento as próprias ações profissionais e comunitárias (SOARES, 2004). Essas transformações serão verificadas nas falas das parlamentares, pois é nos rituais de criação da fala feminista, que se observa como a questão da fala se torna presente no enfrentamento de questões problemáticas para a igualdade de direitos (PINTO, 2004). Nessa questão, vale frisar que as formas de linguagem entre diversos discursos (sociológico, educativo, político, etc.) são fundamentais na construção do discurso feminista. Devemos levar em consideração nessa representação a cultura política, a comunicação e a linguagem. Figura presente dentro dos períodos de eleições, tanto para as eleições para prefeito, vereador e governador, quanto para deputado ou senador, ela assume a vaga do marido ou, muitas vezes a do pai, em razão de algum impedimento da lei, como filiação de partido, acumulação de cargos, processos da justiça, etc., ou simplesmente como uma maneira de a família seguir mantendo-se no poder. Em diversos momentos, o prestígio adquirido dentro do exercício do papel da “esposa do político”, se dá através da realização de ações assistenciais e garante a constituição de determinada base eleitoral que é bem proveitosa. O sexo feminino nesse caso funciona como um tipo de força que auxilia que é chamada a colaborar em todos os momentos que os interesses do grupo que faz parte estão em jogo. Ainda que os eleitores sejam simpáticos às candidaturas femininas, esses estereótipos da mesma forma estão presentes. Isso mostra a presença de um discurso “masculino” sobre a mulher que vem sendo consolidado e permanente, enquanto que os homens são, em vários momentos, preservados de marcas discriminatórias (FINAMORE; CARVALHO, 2006). Depois de teorizarmos sobre a representação política no Capítulo I, e após falarmos sobre os estereótipos da mulher nessa representação,

queremos voltar à questão da representação das parlamentares. Várias imposições às práticas da representação específica dos grupos minoritários estruturalmente desfavorecidos derivam da hipótese de que eles não têm elementos de áreas ou opiniões comuns (YOUNG, 2006).

As eleições no Rio Grande do Sul, em sua maioria, contam com rostos inovadores, mas sobrenomes já famosos. Estreantes nas votações, mas não no segmento dentro da política, filhos e filhas, esposas e irmãs podem suceder seus familiares na política ou ampliar a base eleitoral do parentesco. As “heranças políticas” são expressas das mais diferentes maneiras na competição da política, formando-se indissociavelmente como questionadores fenômenos sociais a serem estudados em si mesmos e sendo uma ferramenta de compreensão dos processos históricos mais abrangentes das seleções políticas. Essa expressão é utilizada por Patriat (1912) e representa o resultado dos laços de parentesco que são resultado de uma descendência ou dos matrimônios- parentesco por afinidade consanguínea ou por aliança- e através de ligações de parentesco na política, ou seja, sistema das interações inseridas em um processo político ou força política que traz uma maneira de enunciação, que busca na base do parentesco biológico o conjunto de palavras e a maneira de ordenar esses elos de hierarquia. O impacto desse fenômeno de “herança política” na ALERGS é refletido há muitas décadas através da rede de “parentes de políticos” que vem se perpetuando desde a época do Leonel Brizola, por exemplo, e na formação do PDT no Rio Grande do Sul.

Muitos desses parentes de políticos acompanharam Brizola e formaram uma rede de lideranças oriundas do seu partido PTB, pois nutriam lealdade e se identificavam com o ex-governador e não se aproximaram de outras lideranças durante a ditadura militar (GRILL, 2004). O PDT se constituiu, então, majoritariamente por pessoas da política que tinham origem no trabalhismo no período anterior a 1964 e que tiveram ascendentes ou parentes que apresentavam atuação política como, por exemplo, Alceu Collares: sua esposa foi candidata à deputada; Romildo Bolzan: o filho foi vereador e prefeito; Daniel Dipp: o filho foi deputado federal e secretário de estado; Sereno Chaise: a esposa foi deputada e vereadora e o filho candidato a deputado; Mathias Nagelstein: o filho foi candidato a prefeito e a deputado estadual, entre outros (GRILL, 2004).

Esses exemplos não abrangem o nosso período de estudo, mas fazemos referência para apontar como a “herança política” é uma marca da política representativa. O fato de termos deputadas que seguem essa “herança política” e que em alguns casos são conhecidas como “mulheres apêndice” pode demonstrar a importância das alianças e das competições no interior deste espaço formado pelos protagonistas políticos que se valem da relação com o passado buscando um subsídio para a luta na política.

A participação das mulheres no cenário político gaúcho tem grande influência da “herança política”. Dessa forma, tratamos sobre o significado de autonomia (para analisar as deputadas que não são consideradas “mulher-apêndice”) na perspectiva de auxiliar no debate sobre a participação das mulheres no cenário político, buscando pensar nesse sujeito político (a mulher) e na sua construção neste mundo constituído pelo sexo masculino (RABAY, 2008).

O conceito de “mulher-apêndice” associado à “herança política”, permite ver outros sentidos na participação das mulheres no cenário político numa perspectiva histórica, cultural e social, além daquelas que vêm atribuindo ao contexto das mulheres apenas subordinação e submissão (RABAY, 2008). Esses significados permitem analisar a representação das deputadas, a partir da cultura política.

O embrião familiar e a herança política e simbólica que foram herdadas são fundamentais, mas não foram apenas esses instrumentos que lhes fizeram alcançar o poder e nem sempre possibilitaram heranças simples de conquistar. O objetivo, neste subcapítulo, foi tratar sobre a mulher no cenário político privilegiando as trajetórias das deputadas, para entender a sua inserção na política, mas não perdendo de vista o todo cultural onde essas trajetórias são desenvolvidas, buscando analisar esse fenômeno a partir da herança política familiar e cultura política.

## **2. A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL**

A baixa representação do sexo feminino no sistema político das sociedades democráticas contemporâneas adquiriu, nas últimas décadas, um lugar relevante dentro da agenda de instituições da sociedade civil, esferas do estado, agências multilaterais e estudos da academia (RIBEIRO, 2011). Informações coletadas e produzidas por diversas instituições internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), e o Fórum Econômico Mundial (FEM), apontam para um quadro não positivo em termos de equidade na política entre homens e mulheres dentro da esfera internacional, ainda que alterações relevantes venham ocorrendo dentro dos últimos anos, em especial nos países economicamente desenvolvidos. A inclusão das mulheres é uma questão relacionada à problematização mais abrangente em torno da democracia, inclusive, a respeito de quanto os regimes políticos das democracias representativas permitem uma participação dos segmentos da sociedade, que estão contextualizados historicamente e são excluídos do parlamento e, seguido disso, dos processos de decisão (LISBOA, 2008). Com a imagem que temos da mulher na política, encontramos dificuldades para desmistificar o estereótipo criado (GROSSI e MIGUEL, 2001). Isso aumenta a complexidade para identificarmos quem são de fato as deputadas e quem elas representam, ou desejam representar.

Para Araújo (2009), a sub-representação das mulheres pode ser causada pelas questões político-institucionais. Muito além da questão de possuir participação em movimentos sociais mais recentemente, é possível que o envolvimento da mulher seja influenciado por seu processo de vivência na família e na profissão, o que não auxilia em sua inserção em espaços que são consolidados em suas ações e ocupados pelos homens. Essa breve informação deixa uma interrogação em relação a outro embate das práticas um pouco mais naturais e eternas, ou seja, se essas ações, que envolvem a construção de um capital político, não resultariam em um efeito divergente em relação às mulheres, já que elas poderiam se ver limitadas por suas capacidades domésticas e familiares. Podemos então apontar para a não passividade das mulheres que indica um pressuposto- mulheres e política não

apresentam um contexto de exclusão (ÁLVARES, 1996). A questão de gênero foi usada literalmente ou coerentemente pela teoria da Ciência Política, para explicar ou criticar o reinado de monarcas ou buscando expressar relações entre governo e governados (SCOTT, 1989). Levando em consideração que as significações do conceito de gênero e de poder são criadas de forma recíproca, como é que os fatos se transformam? Em certo sentido o contexto histórico político foi encenado no espaço da questão de gênero.

É um espaço que parece fixo, mas cujo significado é contestado e instável (SCOTT, 1989). Esse espaço, que é relativamente novo, abre e abrirá cada vez mais possibilidades na tentativa de uma reflexão em relação às estratégias políticas do feminismo atual e o futuro- utopia, porque esse espaço sugere que a questão de gênero tem que ser revista e reestruturada em uma mesma circunstância com a visão de igualdade na política e na sociedade que se refere não somente à sexualidade, como também a classe e a etnia (SCOTT, 1989). Apontaremos esse contexto, observando o processo de cultura política em relação às políticas afirmativas referentes a gênero.

## 2.1 CULTURA POLÍTICA, COTAS E A QUESTÃO DE GÊNERO

O desempenho das eleições femininas está associado à questão de gênero. Entretanto, o reconhecimento de gênero, ainda que ele apareça como sendo coerente e fixo, é, na realidade, extremamente inconstante (SCOTT, 1989). Do mesmo jeito que os sistemas de significações, os reconhecimentos subjetivos são fenômenos de diferenciação e de divergência, que exigem a extinção das ambiguidades e das ferramentas opostas a fim de certificar- de criar a ilusão de uma coesão e um entendimento comuns (SCOTT, 1989). Para Carole Pateman (1993), o gênero masculino exerce dominação sobre o feminino, e os homens impõem como vínculo às mulheres a sua existência na esfera privada, restrita à um ambiente privado e sem qualquer oportunidade de atuação na esfera pública, inclusive na vida política.

Dessa forma, Pateman (1993) faz reflexões críticas sobre o entendimento que explica que, na sociedade civil, a criação na política é inerente ao masculino, não somente em relação à paternidade.

O conceito sobre gênero de Scott (1989) tem duas partes e inúmeras divisões dessas partes. Elas estão associadas entre si, mas teriam que estar diferenciadas de forma analítica (SCOTT, 1989). O ponto essencial do conceito baseia-se na conexão integral entre duas hipóteses- o gênero é uma ferramenta constitutiva de relações na sociedade a partir das diferenciações percebidas entre o sexo masculino e o feminino, e a questão de gênero é uma maneira primeira de dar sentido às relações de poder.

A questão de gênero diz respeito à questão cultural, que influencia na sub-representação das mulheres. Fazendo a defesa de uma maneira veemente à importância de elementos culturais na explicação da baixa representação feminina nas sociedades democráticas contemporâneas, um renomado grupo de pesquisadores da área das Ciências Sociais tem afirmado que este cenário estaria sofrendo importantes alterações nas últimas décadas (INGLEHART e WELZEL, 2005; INGLEHART e NORRIS, 2003). Contudo, estes primeiros passos não se transformaram imediatamente em participação política efetiva do sexo feminino, entendida como acesso a cargos de diretoria e cargos importantes de representação, nem em aprovação de legislação que pudesse reverter esse

caminho (Pérez, 2000). Para Inglehart e Welzel (2005), a construção do conceito da “cultura política” vem sendo feita de acordo com determinadas características de regimes na política dentro de sociedades específicas e vem sendo usada sem uma preocupação criteriosa na análise das mais variadas sociedades, sem uma assimilação ou questionamento quanto à viabilidade do uso em contextos sociais e políticos diferentes.

Na tentativa de construção de teorias mais rebuscadas dentro dessa área de cultura política seria fundamental, partindo das hipóteses trazidas pelos autores Inglehart e Welzel (2005), fazer estudos mais específicos em relação ao contexto político de cada processo social. Conforme informam Ronald Inglehart, Christian Welzel e Pippa Norris (2004), o aumento na ênfase na igualdade da questão de gênero é um fator fundamental no processo da democracia, o qual precisa ser levado em consideração no momento em que debatemos o tema da democracia.

Esse tema é pertinente tendo em vista os essenciais pontos das questões contemporâneas da teoria política do feminismo, a qual vem direcionando a sua atenção, entre diversos assuntos, para a temática da democracia, em especial a questão de representação na política. Para alguns autores, o conceito de cultura política está associado com as atitudes e recomendações dos cidadãos em relação às questões políticas.

Para Almond e Verba (1989, p. 12): “O termo ‘cultura política’ refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública”. Para Biroli (2010), a sub-representação do sexo feminino na política traz consigo dois conjuntos de consequências. Um deles, que abrange mais problemas, é relativo ao funcionamento das sociedades democráticas liberais, nas quais a igualdade formal convive com formas de um sistema que exclui alguns grupos da sociedade.

O outro remete, de forma mais específica, à manutenção do sexo feminino em posições subalternas em sociedades nas quais o direito da inclusão política foi tornado universal e não existem impedimentos formais à sua participação dentro das mais diversas esferas, entre elas a política. A baixa participação das mulheres no parlamento pode ser explicada a partir do patriarcado e das interações de gênero. Podemos usar Weber como referência, quando analisou que a interação que se estabelece entre o sexo masculino e o feminino é uma relação política, e o domínio

dos homens sobre as mulheres é baseado na crença geral da sua supremacia cultural e biológica em relação às mulheres (COSTA, 1998). Dentro da questão dessa discussão observamos, assim como Orsato (2013), uma larga pesquisa acadêmica acerca da gradual participação política da mulher no decorrer do século XX, começando pela garantia do sufrágio e pela cidadania exercida (PHILLIPS, 2001, PRÁ, 1996,) até a incorporação de ferramentas que tenham potencial para reverter o quadro de baixa representação feminina, especialmente com o início da adoção de ações afirmativas como a política de cotas de gênero (ARAÚJO E ALVES, 2007, ARRUDA, 2002 E AVELAR 2001, entre outros). Dentro da representação política do legislativo e do executivo é que a inserção da política de cotas é recente.

Conforme afirma Miguel (2001), com o fim do século XX a equidade da representação política entre os gêneros passou a ser vista como um objetivo digno no mundo ocidental. Em nosso país, se há polêmicas em relação à eficiência da Lei de Cotas instituída em 1996, visando a emancipar as mulheres, por outro lado, existe um consenso de que a falta de igualdade encontrada na representação entre os gêneros constituem sérios limites para o desenvolvimento do regime democrático.

Entretanto, conforme aponta Miguel (2001), esse acordo não está baseado em ideias comuns e as mais variadas justificativas articuladas para a garantia das cotas as evidenciam. Levando em consideração as mulheres feministas, o texto de Miguel (2001) ressalta a inserção de três linhas de raciocínio distintas. Na primeira deveria ser defendida a paridade entre mulheres e homens dentro da política.

Na segunda, ao contrário, as mulheres teriam interesses próprios inatos à sua condição de mulher e, por conseguinte, seriam as suas melhores advogadas. Para a terceira linha, as mulheres, assim como outros grupos que abrangem posições estruturais sem vantagens na sociedade, precisariam estar inseridas nas decisões políticas não porque possuiriam, a princípio, vontades em comum, mas porque dividiriam uma experiência de um contexto histórico de omissão capaz de dar a elas pontos de vista comuns em relação a certas questões.

O Brasil não mostra excelentes índices de inclusão das mulheres em cargos políticos com a função de representação no Congresso. Para que se possa garantir uma representação política mais equilibrada, os sistemas partidários, em vários países vêm adotando parâmetros voluntários ou cotas buscando uma especificação

de determinado índice mínimo ou uma proporcionalidade de mulheres em suas listas das candidaturas (BARROS e SEMEDO, 2012). Existem, de fato, exemplos em que dentro das listas a mulher e o homem aparecem de uma maneira alternada (BARROS e SEMEDO, 2012). Em determinados países, estas ações tornaram-se uma exigência legítima e estas mudanças têm constituído ferramentas válidas em relação ao avanço da mulher, enquanto que em outros países, têm levado à marginalização da mulher nos partidos políticos.

A sub-representação das mulheres dentro do espaço político vem sendo identificada como um grave saldo negativo das democracias contemporâneas. Para finalizar, podemos notar que todos os estudos citados neste trabalho e a nossa análise sobre a representação das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul fornecem elementos necessários para que possamos refletir sobre o gênero como uma categoria de análise política, conforme mostra o diálogo que foi estabelecido a partir das autoras e autores sobre representação política e gênero.

Essa questão indica que um projeto inicial deve ser focado na inclusão de estudos e trabalhos que evidenciem a falta de igualdade de gênero, dentro do acesso da desagregação dos índices de sexo em todas as organizações de pesquisa do governo- principalmente em relação ao subsídio de ações que lutam contra a miséria entre o sexo feminino- e, conseqüentemente, na divulgação mais abrangente, pois a comoção em relação a essa necessidade da política deve ter o alcance mais amplo possível.

Em relação, especificamente, às instituições governamentais, é necessário deixar esclarecido, a partir dos trabalhos já citados, o fato em relação às políticas, que não possuem neutralidade para a questão de gênero e produz impactos variados em mulheres e homens (BANDEIRA, 2005). Enquanto esse elemento não for levado em consideração desde a formulação de políticas afirmativas, não se está efetivando, na realidade, a promoção de equidade de gênero.

Para fins de melhor esclarecimento, não queremos afirmar, em nenhum momento de nossa pesquisa, que as deputadas por serem mulheres devem ter necessariamente que representar as mulheres. Mas entendemos que essa questão se torna uma justificativa para a necessidade de mais mulheres para representar seus interesses. Aquilo que é colocado em pauta nesse ponto específico é uma noção de representação política como reflexo de suas falas e projetos para os seus

representados. Deveria ser a troca de uma política ideológica por uma política com a participação efetiva das deputadas, segundo a ideia defendida no trabalho de Phillips (2001). Para a autora, a discussão entre os sujeitos que são representados e o que é representado se transforma em algo relevante quando não notamos a diferença em relação à divergência de opiniões e escolhas e passamos a percebê-la como divergência de experiências e afinidades.

Ainda para Phillips (2001), uma representação aglutinada precisaria adaptar determinada política de ideias com uma política de presença, levando em consideração que os sujeitos fazem parte de diversos grupos e a formação de suas identidades é manipulada por essas experiências variadas, mostrando a impossibilidade de diminuir os sujeitos a um conjunto de características.

A ideia de Phillips (2001) não é pensar em noções de forma integralmente separada dos sujeitos que as enunciam, e dessa forma, para defender mecanismos de prestação de contas dos representantes sistematizados em seu planejamento e nas ideias que protegem, não é permitido colocar essas duas esferas da representação em planos excludentes.

A característica da representação estaria associada, dentro da política de ideias, não com suas características descritivas, segundo a ideia de Pitkin (1985), e estaria relacionada com a sua peculiaridade de agir em relação às vontades daqueles que são representados, de forma ajustável a eles (PITKIN, 1985). A presença das parlamentares fortalece, sem sombra de dúvida, a possibilidade da garantia dos direitos femininos.

Fortalece, mas não representa, na medida em que a representação política transformou-se em interesses definidos e não em função da vontade da maioria da população. De acordo com Miguel:

Devido a constrangimentos ligados à estrutura social e as formas de socialização primária, as mulheres tendem a possuir menos capital político que os homens. Isto é, elas são vistas (e se veem) como incapazes de agir na política; apresentam um distanciamento significativamente maior em relação ao campo político, seus atores, suas temáticas e seu jargão (MIGUEL, 2000, p. 99).

Dentro do discurso conservador dominante, é “normal” que os homens exerçam atividades no espaço da esfera pública, principalmente dentro da esfera da política, enquanto as mulheres acabam exercendo atividades no mundo privado, como as atividades da casa, por exemplo, ou como cuidar da família e das filhas e

filhos, estando, assim, alijadas da inserção na esfera da política.

Por haver uma desigualdade entre gêneros e etnia no espaço privado, foram criadas as políticas de ações afirmativas. Entre essas políticas, as mais discutidas hoje em nosso país são as cotas para a mulher dentro dos partidos e as cotas para negros e negras nas universidades (AVELAR, 2004). As políticas afirmativas são necessárias devido à dois processos na sociedade brasileira- o patriarcalismo e a escravidão (AVELAR, 2004). A consequência desses processos resultou em mulheres e negros e negras que foram considerados como sub-cidadãos, fora do gozo dos direitos sociais e dos direitos civis (AVELAR, 2004).

Existem teóricos que mantêm essa visão da divisão das atividades sociais, ou seja, que ratificam a divisão do trabalho em funções entre gêneros dentro da sociedade contemporânea (CARLOTO, 2001). A sociedade patriarcal dá legitimidade ao homem no espaço da esfera pública pela natural condição biológica e machista de mantenedor do lar e representante da família.

De acordo com Soares (2004), o problema da exclusão das mulheres no âmbito doméstico e na família é fruto da exclusão das mulheres dentro do sistema político. Por conseguinte, não é possibilitada a vinculação da falta de participação das mulheres no processo da política apenas a um determinado fenômeno de exclusão, mas sim da construção da cultura da sociedade patriarcal, que, além disso, associa a mulher às funções da esfera privada e doméstica.

A mulher tem que tomar conhecimento de sua subjugação. Somente assim, se terá a formação de um projeto que tenha consciência coletiva que fará do gênero feminino um protagonista em relação ao seu tempo. É óbvio que não pretendemos através dessa análise de natureza qualitativa produzir determinada afirmação em relação às causas da baixa representação feminina.

Essa pretensão desconsideraria a complexidade do fato e o seu caráter multicausal. Assim, modelos explicativos moderados fatalmente causarão interpretações com parcialidade e insuficientes. Só temos a pretensão de entender a representação feminina na ALERGS e, se possível, contribuir para a construção de mulheres políticas com um projeto de igualdade entre os gêneros. Estamos diante de inovadoras ordens globais, de fenômenos que se repetem sem questionamentos em contextos nacionais e dos estados, e o movimento feminista é obrigado a se fazer presente e a reafirmar a disposição de se tornar sujeito nas mudanças que

impactam o mundo (NEGRÃO, 2006). Essas mudanças são avaliadas por Virginia Vargas (2000), em um trabalho que trata dos novos roteiros dos feminismos latino-americanos na esfera global. Nesse artigo a autora enfatiza que nos anos 90 não houve assunto que deixou de ser parte das mulheres e que uma quantidade mínima de temas puderam ser debatidos com a ausência da ótica de gênero. O sexo feminino, além de não ter condições materiais como, por exemplo, independência econômica necessária- pois é igualmente subjugada dentro do sistema de trabalho-, da mesma forma está condicionada aos perfis impostos historicamente ao sexo feminino, o que as mantém longe de terem um lugar, um tempo, um espaço só seu (SANTOS, 2013). Há pouco tempo atrás, não se poderia pensar em uma mulher na presidência do Brasil. Entretanto, com a discussão da questão de gênero e da política, a perspectiva dos eleitores e dos estudiosos de Ciência Política tem mudado e a discussão da representação das mulheres no espaço político vem aumentando. Existem estudos que oferecem explicações diferentes para os dados que mostram as diferenças numéricas entre os sexos na representação das instituições políticas. Tais dados não seriam evidências que comprovam que as mulheres mostram menor interesse pela política do que o sexo masculino, ou que elas sejam menos participativas e tenham um índice menor de conhecimento e de vontade para se adentrar em atividades políticas. Esses índices, ao contrário, seriam manifestações dos processos históricos e culturais que, tornando excluída ou restringida a presença das mulheres das questões públicas, dificulta, ainda hoje, sua participação em instituições políticas e suas possibilidades de vitória na competição eleitoral (LÜCHMANN E ALMEIDA, 2010). A participação feminina dentro da esfera pública e o valor de sua participação na política no sentido mais estrito constituem da mesma forma, uma preocupação das citadas pesquisadoras.

Elas apresentam a participação como objeto de discussão de forma bem original, buscando mostrá-la em todas as suas particularidades. E, apesar da relação política de dominação e subordinação entre os gêneros, os diagnósticos indicam que nos últimos anos ampliou-se o número de mulheres trabalhando na esfera privada, e que estão mais escolarizadas, que estão em maior número nas instituições de nível superior, que há mais mulheres participando dos cargos públicos e de representação política. Entretanto, essas referências nos direcionam a análises simplistas de que a mulher assim, já conquistou a igualdade. Mas, para além dos diagnósticos, são

apresentados dados que mostram as mudanças na vida das mulheres, e apontam que o grau de desigualdade ainda não teve transformações significativas. A autora Helena Hirata (2002) nos permite entender isso quando aponta que as transformações dentro das vidas das mulheres fizeram com que as barreiras entre o masculino e o feminino trocassem de lugar, as mulheres assumiram outros lugares, mas as barreiras estão, da mesma forma que sempre estiveram, presentes.

Os debates associados à visibilidade da participação na política das mulheres no processo político das instituições ainda tem despertado pouco interesse por parte dos teóricos da Ciência Política na América Latina. Jussara Prá (1992) contextualiza essa questão, explicando que a resposta empírica da inexpressividade da representação política da mulher- mesmo que seja semelhante à observada nos países desenvolvidos- serviu, e em certos contextos ainda serve, para justificar o desinteresse dos estudiosos da Ciência Política por esta temática.

Esses debates abordam aspectos de contextos históricos dentro das mobilizações do feminismo, com o aporte dos estudos da Ciência Política e dos estudos da questão de gênero. De acordo com Prá e Epping (2012) essa abordagem destaca a ação de grupos através do ângulo das fragmentações de sexo e gênero com um duplo fim que se deseja atingir (dimensionar o impacto da teoria feminista dentro de uma maior área do campo de análise das Ciências Sociais e delimitar direitos e impasses visando legitimar as manifestações feministas na academia e no domínio político).

Especificamente, o que importa é verificar limites e conquistas dentro do campo das teorias sobre mulher e a questão de gênero, e realçar a esfera política da teoria e da praticidade feministas. Em nosso país, os acontecimentos da década de 70 e início da década de 80 constituíram-se em um campo inovador de teorias sobre a participação na política das mulheres (COSTA, 1998).

A ditadura militar, ao não permitir uma existência de ferramentas efetivas de participação do povo dentro da estrutura de poder, possibilitou uma grande intensidade no desenvolvimento dos movimentos sociais. Observando as regras sob outra lógica, pode-se chegar a conhecer o motivo de as políticas não terem tido entrada nos espaços de decisão do poder na política e/ou quais as possibilidades legítimas que elas têm para modificar o processo de elaboração de políticas públicas que se difundem dentro dos mais variados aspectos de sua vida no dia a dia

(ÁLVARES, 1996). Não há dúvidas de que há o peso da cultura patriarcal que submete a educação das mulheres, embora a estrutura partidária da mesma forma tenha a possibilidade de ser vista na forma de um obstáculo (ÁLVARES, 1996). Considerando que a representação parlamentar segue dentro da trama de ser observada como prática entendida como natural dos homens, nega-se à mulher a oportunidade de ter participação dentro desses espaços.

Esse entendimento praticamente torna “sagrada” a eterna sujeição, voltando ao mito da mulher submissa, sexo frágil na sociedade. Queremos discutir a ligação entre a questão de gênero e os partidos políticos na entrada da mulher na representação política. A participação das mulheres não pode ser explicada simplesmente pela inserção de mulheres em movimentos sociais, ou no cenário político. Ela deve ser entendida também através de uma ótica feminista.

O movimento feminista não constitui um movimento ou fala ressentida, é um movimento inclusivo (CONCEIÇÃO, 2009). Não há uma batalha pela dominação da identidade feminina. Existe, todavia, uma batalha pelo final das identidades rígidas. O movimento feminista não é uma batalha das mulheres pelas mulheres. Entretanto, o movimento feminista enquanto fenômeno determinado no contexto histórico pela atitude radical pode ser uma luta por uma sociedade em que ser homem ou mulher não faça distinção alguma. Essa leitura, a nosso ver, não quer tornar iguais mulheres e homens. O que se quer é a batalha contínua que condena discursos e ações que nos fazem pensar que há alguma benesse em ser homem ou ser mulher. Para além disso, o que o feminismo quer é a igualdade de gênero.

Scott entende o gênero de acordo com um elemento que constitui a estruturação das interações sociais baseadas nas diferenças observadas entre os sexos e de acordo com determinada forma elementar de dar significado para as interações de poder em diferenciadas épocas históricas na sociedade. E que se transforma em um campo de organização em que se distribui um diferencial de princípios, leis, simbologias e representações políticas que, de uma maneira hierárquica, se manteve construindo as dimensões do masculino e as dimensões femininas. Scott (1995) percebe que a categoria gênero indica que as interações entre o sexo masculino e o feminino nada mais são do que aspectos básicos da organização da sociedade, que a criação das identidades masculina e do sexo feminino são determinadas culturalmente e que as diferenciações entre os gêneros

se constituem nas relações da sociedade e são por elas formadas, na medida em que, de uma forma transversal, colocam em uma relação recíproca, em todas as esferas da sociedade, uma diferenciação entre os gêneros. O que o feminismo quer é a igualdade e a justiça, sem opressores e oprimidos. A questão de gênero é um conjunto de crenças, percepções e atribuições que são construídas na sociedade tomando a diferença entre os sexos como base (LAMAS, 2007). Esta construção na sociedade funciona como um tipo de filtro cultural em que são construídas as decisões e oportunidades dos sujeitos, de acordo com o gênero.

O processo cultural é um resultado, mas é da mesma forma, uma mediação. O processo simbólico é a instituição de códigos da cultura que, mediante percepções fundamentais como as questões de gênero, regulamentam a existência do ser humano (LAMAS, 2007). O processo de socialização e de individualização do ser humano resulta de um processo único- de se tornar humanizado, ou seja, de sua contínua emergência da ordem biológica e seu trânsito até chegar a uma identidade cultural. Dentro da esfera pública ou na privada, ontem e hoje, os cenários e os fazeres se desencontraram de suas referências.

Na atual conjuntura, devemos mostrar a todas as mulheres e aos homens que o que queremos ultrapassa esses modelos (ÁLVARES, 1996). Temos que compreender a sua prática dentro do cenário político. Em um período de 60 anos (1945-2005), foi possível verificar o surgimento de movimentos que ajudaram a fortalecer a inclusão e promoção da mulher no espaço político, como: a Convenção dos Direitos políticos da mulher de 1952 e 1960, a Convenção para eliminação de todas as formas de discriminação contra mulher em 1979, as Conferências mundiais da mulher- México, 1975, Copenhague, 1970 e Nairóbi, 1985 e Beijing (Pequim) 1995 (COSTA, 2009).

O intuito da Convenção de 1952 foi firmar o reconhecimento da garantia do direito das mulheres de se tornarem parte de governos e de terem a liberdade para serem escolhidas para representação na política. Já a Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, do ano de 1979, obteve a adoção de medidas dentro da lei para a proteção dos direitos da mulher, restando as ações de discriminação que não permitem a inclusão feminina nas organizações da política e em todos os segmentos dentro da autoridade pública.

Em 1985, em Nairóbi, dentre os projetos havia uma seção intitulada

“Igualdade na participação política e nos processos de decisão”, dentro do próprio parágrafo 86 e nos próximos, que deixaram escrita a necessidade de aumentar os esforços para assegurar uma paridade da participação da mulher nos campos do legislativo nacional e local (COSTA, 2009).

Porém, mesmo com todos esses movimentos da sociedade civil, a representação de parlamentares no Brasil permanecia baixa, mesmo com o passar do tempo. Para se ter uma ideia, no ano de 1985, o percentual de mulheres representantes no parlamento era de 1,7%, enquanto que nos parlamentos do mundo o total era de 12%<sup>17</sup>. Em relação ao histórico da aprovação da Lei de Cotas em nosso país, é referência o estudo da Sônia Miguel (2000), em que a mesma faz uma pesquisa em relação às falas dos parlamentares do Congresso Federal em relação à discussão de política de cotas, verificando que, apesar dos variados pensamentos quanto à porcentagem que deve ser disponibilizada e modo de uso, a maioria dos políticos considerava tal lei um objetivo justo.

Os países que apresentam os maiores contingentes do sexo feminino em seus parlamentos são os que possuem aprovação nas leis que procuram obter uma igualdade mínima entre o sexo masculino e o sexo feminino<sup>18</sup>. No Brasil, em 30 de Setembro de 1997, foi sancionada a lei nº 9.504/97, que determinou um percentual mínimo de 30% de todas as candidaturas das listas eleitorais destinados a um dos sexos, entre outras diretrizes para todo o período de eleições.

Em 29 do mês de setembro de 2009 teve aprovação pelo Congresso brasileiro a lei nº 12.034, que muda a chamada Lei dos Partidos Políticos, o chamado Código Eleitoral do ano de 1965 e a Lei nº 9.504/97<sup>19</sup>. Outra mudança introduzida pela lei nº 12.034 refere-se à denominada “Lei de Cotas”. Houve uma mudança dentro do parágrafo terceiro do artigo nº 10 da Lei nº 9.504/1997<sup>20</sup>, que determina a reserva de candidaturas para o sexo masculino e o feminino nos partidos. O artigo passa a vigorar com a mudança a seguir: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo<sup>21</sup>, cada partido ou coligação preencherá

---

<sup>17</sup> (Fonte: Women in Politics: 60 years in retrospect, 1945-2005. [www.ipu.org](http://www.ipu.org) e [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)).

<sup>18</sup> Para ver mais, acessar: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/legislacao/lei-de-cotas-eleitorais>.

<sup>19</sup> Dados extraídos do site Observatório de Gênero:  
<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/legislacao/lei-de-cotas-eleitorais>.

<sup>20</sup> Dados extraídos do site [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm).

<sup>21</sup> Dados extraídos do site do Ministério Público Federal.  
[http://www.presp.mpf.mp.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=589&Itemid=72](http://www.presp.mpf.mp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=589&Itemid=72)

o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”.

Relacionada com a ideia de soberania popular, a inclusão política é ferramenta de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas e de maior abrangência dos direitos dos cidadãos (AVELAR, 2004). Fazer um estudo das representações políticas sobre as questões de gênero dentro do parlamento é observar um espaço relevante para as transformações na política das feministas, mas esse espaço ainda tem poucas falas femininas.

Deve-se, da mesma forma, buscar entender as limitações que são impostas pelas suas esferas do campo da política a determinadas pautas, nas quais podemos inserir o debate sobre gênero (CAMPOS E MIGUEL, 2008). Esse debate inclui também a questão das cotas. Dos partidos representantes da 52ª Legislatura, somente o PT possui cotas para participação de mulheres nos partidos políticos.

A participação diferenciada das deputadas ainda faz parte de uma sub-representação. Para Norris (2011), tanto os pesquisadores da academia quanto os atores políticos de movimentos do governo e grupos autônomos devem prestar atenção nessa baixa participação. Ainda que a sociedade brasileira tenha assistido a relevantes avanços na questão de gênero, muitas das considerações de pesquisas como essa reforçam a relevância de uma agenda sobre a igualdade entre mulheres e homens em nosso país, já que o acesso e comando das mulheres aos recursos políticos, econômicos, sociais e culturais se mostrou bastante prejudicado em comparação ao masculino<sup>22</sup>.

Esta agenda política é fundamentalmente uma parcela do fenômeno de desenvolvimento do país e implica na relevância de se caminhar em busca de um menor índice de desigualdade na sociedade e o conseqüente crescimento do bem-estar do povo brasileiro. A agenda política das deputadas deve promover as ações afirmativas. É dessa maneira que se entende que, ao fim de tudo, as políticas da Lei de Cotas estão comprometidas com um princípio ético de igualdade, quando visam, em suma, a participação e a equidade na autonomia.

Já dissemos que a preocupação das deputadas em relação aos temas afetos à temática do social, em particular relacionada aos cuidados, e a própria capacidade de inserir inovadoras temáticas na agenda se tornam explicações comumente empregadas na justificativa da presença das mulheres na política nas instituições.

---

<sup>22</sup> BANCO MUNDIAL. A questão do gênero no Brasil. Brasília, 2003.

Assim como no parlamento gaúcho, nota-se a enorme predominância dos projetos de lei que se direcionam às temáticas sociais no Congresso Nacional (PINHEIRO, 2010). Trataremos, nesse trabalho, das trajetórias, dos projetos de lei e das falas de tribuna, na tentativa de mostrar a representação das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul.

Iremos apresentar no próximo capítulo, algumas ações e interesses de representação das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul. As relações de poder passam pelas políticas apresentadas no parlamento. Considerando que existem grandes indicações de que as políticas públicas e práticas do movimento feminista incorporadas por nosso país que estão no caminho certo, então os resultados concretos desse conjunto das ações é alarmante, particularmente no momento em que são analisados os dados das últimas eleições. Existia determinado sentimento positivo dos estudiosos do tema e daqueles que militam em relação ao aumento da presença da mulher nas últimas candidaturas ao Legislativo federal e nas Assembleias Estaduais, fruto dos trabalhos promovidos nas últimas décadas e do lançamento de duas grandes candidaturas femininas para a Presidência do Brasil (PINTO, MORITZ e SCHULZ, 2013). Entretanto, o efeito das eleições de 2010 não corroborou com as expectativas otimistas- o que foi observado demonstrou uma diminuição do índice de eleitas no Congresso e nas Assembleias Legislativas. Esses índices mostram um cenário esclarecedor do quadro eleitoral em relação à mulher em nosso país- em 2006 foram eleitas um total de 45 deputadas federais e 10 senadoras, ou seja,<sup>23</sup>, 8,8% e 12,3% para os respectivos cargos nas casas legislativas.

Essa sub-representação feminina das deputadas federais e senadoras colocou o Brasil na 106ª posição do ranking mundial em inserção de mulheres no Parlamento<sup>24</sup>. Sabemos que o estudo de apenas um estado e de somente uma legislação tem limitações e, dessa forma, generalizações que partam dele devem ser feitas de forma moderada.

Mas, como o Rio Grande do Sul não foi o único estado com esse comportamento eleitoral em relação às candidatas mulheres, o estudo carrega consigo uma discussão de questões que auxiliam em um melhor entendimento da questão eleitoral da mulher nas eleições em nosso país. É relevante a produção do

---

<sup>23</sup> Fonte: TSE: [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)

<sup>24</sup> Fonte: [www.ipu.org](http://www.ipu.org).

campo da Ciência Política em relação a participação das mulheres em nosso país, mormente pela distância que existe entre a participação da mulher nas áreas do trabalho e do ensino educacional e sua ausência como governadoras, vereadoras, prefeitas e, fundamentalmente, como deputadas federais e estaduais, apesar das políticas específicas de incentivo (PINTO, MORITZ e SCHULZ, 2013).

### **3. TRAJETÓRIA POLÍTICA E PERFIL DAS DEPUTADAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 2007 E 2011**

Apresentaremos, nessa parte do trabalho, um breve histórico sobre a trajetória e o perfil das deputadas estaduais. A principal fonte para a obtenção dos dados apresentados a seguir são as páginas pessoais das deputadas. As parlamentares da 52ª Legislatura participaram de movimentos como a Pastoral da juventude e realizaram ações comunitárias nos seus municípios de origem antes de se candidatarem ao Legislativo.

A partir de suas histórias, poderemos identificar a distinção entre os perfis de deputadas que possuem trajetória vinculada a um parentesco na política e aquelas que têm carreira autônoma, que são eleitas através de uma base que é construída por sua própria história de vida e experiência na política. Entre o conceito de “mulher-apêndice” e de “herança política” temos a questão do capital familiar, que vem sendo tradicionalmente uma das principais maneiras de as mulheres entrarem no cenário político. Dentro dessa questão, elas se “aproveitam” do “status” de familiares visando uma cadeira dentro do Poder Legislativo, e herdaram, não somente o prestígio do político ou da política, mas também uma cadeia de interações com vínculos, compromissos e questões de fidelidade e lealdade (PINHEIRO, 2010).

Apresentaremos as trajetórias, divididas de acordo com seus partidos e em seguida, falaremos sobre os temas que foram levados à tribuna, e os projetos que foram apresentados por cada deputada. Também é necessário ressaltar o campo da ação dessas mulheres: a política. Com certeza existe nele, mais que em certos locais, a história narrada, e além de justificativa de um percurso, tem interesse em construir determinado papel para próximos projetos de continuação no campo, os quais dependem da avaliação positiva de um público variado, porém com ideias e expectativas “a priori”, a respeito das parlamentares e das políticas. Trataremos a seguir sobre as falas e as ações das deputadas estaduais do RS.

**52ª Legislatura**

**31/01/2007 - 31/01/2011**

**PT - Partido dos Trabalhadores**

**Deputadas**

**Stela Farias**

**Marisa Formolo**

**Cecília Hypólito**

## **Deputada Stela Farias**

“A parlamentar Stela Beatriz Farias Lopes nasceu em Ibirubá, na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Formou-se em História e é pós-graduada em Gestão Pública<sup>25</sup>, trabalhou como professora na rede estadual de ensino e integrou a direção do sindicato dos professores do estado do Rio Grande do Sul<sup>26</sup>. Stela Farias tem carreira autônoma na política, não fazendo parte da maioria das parlamentares, que têm herança política ou são “mulheres-apêndices”. No ano de 1992<sup>27</sup>, foi eleita a primeira vereadora do Partido dos Trabalhadores no município”. Candidatou-se à prefeita e foi eleita em 1996, como a primeira prefeita de Alvorada. “Reelegeu-se com 65% dos votos e concluiu o segundo mandato com 74% de aprovação”. No ano de 2006<sup>28</sup>, foi eleita ao parlamento estadual com mais de 55 mil votos. Chegou à Assembleia Legislativa em 2007, vindo da cidade de Alvorada.

Foi presidenta por dois anos da comissão de serviços públicos, onde se destacou pela mobilização contra o aumento abusivo das tarifas de pedágio nas rodovias gaúchas e pelo diálogo com o conjunto das categorias de servidores públicos. “No ano de 2008, aprovou a lei 12.954, que determina o registro e a divulgação dos índices de violência contra a mulher no Rio Grande do Sul”. Ainda em 2008, destacou-se como integrante da CPI do DETRAN e, em 2009, assumiu a presidência da CPI da Corrupção, que revelou uma rede criminosa integrada por políticos tradicionais, empresários e agentes públicos para desviar recursos do estado do Rio Grande do Sul. Elegeu-se para o segundo mandato em 2010 com

<sup>25</sup> [www2.al.rs.gov.br/memorial](http://www2.al.rs.gov.br/memorial)

<sup>26</sup> <http://stelafarias.com.br>

<sup>27</sup> <http://www2.al.rs.gov.br/stelafarias>

<sup>28</sup> <http://stelafarias.com.br>

mais de 48 mil votos, quando recebeu o convite do governador Tarso Genro para assumir a secretaria da administração e dos recursos humanos do estado, onde foi responsável pela criação do programa de compras Públicas para Micro e Pequenas Empresas (Fornecer), inédito no país, e pela reforma patrimonial, através do programa de gestão do patrimônio do estado (Otimizar)”.

Ficou na secretaria até abril de 2013, quando retomou o mandato de deputada estadual. Uma observação que chama atenção, que se relaciona ao perfil da deputada estadual e de outras colegas, é que muitas já possuíam vasta bagagem na política ao assumir mandato, ou seja, a maioria das eleitas tinha experiência política de outros períodos tanto como membros do legislativo, executivo, no contexto de sindicalistas, ocupantes de cadeiras na administração da esfera pública ou em direções dos partidos.

“A deputada gaúcha faz parte dos partidos políticos de esquerda que<sup>29</sup>, além de elegerem mais mulheres, são os partidos que mais apresentam projetos em diversas áreas, como os direitos humanos, saúde, movimentos sociais e a temática das mulheres. A questão de gênero é mais vinculada nos projetos das deputadas representantes desses partidos”. A parlamentar gaúcha apresentou 08 projetos no período de 2007 a 2010. Desse total, 02 projetos foram apresentados com um tema sobre as mulheres (como a publicização e o acesso a dados relativos à condição da mulher e o registro e divulgação dos dados de violência sobre as mulheres). Para além desses temas sobre a questão de gênero, os demais projetos trataram a respeito de Patrimônio Cultural e aplicação de multas para casos de trotes a serviços de emergência, entre outros.

A deputada petista é a segunda mulher que mais vezes utilizou a tribuna para dar voz às suas ideias. Tratou sobre a Comissão de Serviços públicos. Falou da Posse do novo conselho do comitê estadual contra a tortura e entendeu que seria bom se não precisássemos de um comitê para discutir tortura e violência no RS. Fez referência especial ao Programa Nacional de segurança Pública.

Em algumas falas de tribuna, a deputada disse que foi questionada, em entrevistas para a imprensa, se os seus discursos não eram somente um papel de sujeito da oposição que ela estava fazendo quando fazia provocações ao governo do Rio Grande do Sul. Quando questionada pelos parlamentares, a mesma respondia

---

<sup>29</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

que não, que tinha ações de forma bem responsável, com muita seriedade e cuidando da responsabilidade do cargo que estava ocupando.

Foi à tribuna para falar sobre o desmonte da polícia Civil e da brigada Militar. Sobre a questão das mulheres especificamente, ela tratou sobre o Dia Internacional da Mulher e do movimento de mulheres, Conselho estadual dos direitos da mulher, Homenagem às mulheres através do Troféu Mulher Cidadã, enfrentamento à violência contra as mulheres, mulheres e espaços de poder. Objetivou demarcar a luta daquelas que, dentre todas as mulheres, são as que sofrem maior discriminação. Apresentou dados que demonstram claramente que estamos diante de um modelo econômico que promove a feminilização da pobreza. Fez menção à 3ª conferência estadual de políticas Públicas para as mulheres, que ocorreu na Casa legislativa. Fez essa referência porque acompanhou esse evento e coordenou, inclusive, um grupo com mais de 300 mulheres. Disse que, mesmo em condições tão adversas, importantes propostas foram construídas na área da educação não sexista. “Chamou a atenção da casa sobre as dificuldades ocorridas do ponto de vista da estrutura oferecida pelo parlamento gaúcho<sup>30</sup>. Tratou sobre a Criação do Dia Estadual da mulher. Falou sobre Projeto que propõe a divulgação dos indicadores de violência contra a mulher e a organização de um banco de dados que mostre os índices no estado do RS. Fez uma intervenção para demarcar a luta daquelas que, dentre todas as mulheres, do seu ponto de vista, são as que sofrem maior discriminação, sectarismo e falta de reconhecimento pelo trabalho que realizam no nosso estado e no país”.

Analisamos essas falas de tribunas sob a perspectiva que entende que a mulher deveria ser a principal representante dos interesses das mulheres (MIGUEL E QUEIROZ, 2006). Porém, para os autores, o fato de participar de um grupo da sociedade não necessariamente indica que exista determinada identidade automática em relação a pensamentos, interesses e reivindicações. Em relação aos projetos, a deputada solicitou a oferta de leitos psiquiátricos em hospitais gerais para atendimento do disposto na legislação da reforma Psiquiátrica. Disse também que exigir que esses meninos, nessas condições e dentro de um sistema que não consegue minimamente atendê-los, cumpram as três medidas (além de estarem

---

<sup>30</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

matriculados regularmente e estudando, frequentarem curso e ainda estarem aptos a atender a uma oportunidade de trabalho) é muito complicado. A deputada apresentou poucos projetos que tratam sobre a pauta das mulheres. Como deputada, solicitou que fosse assegurada a publicização e o acesso a dados relativos à condição da mulher no estado do Rio Grande do Sul, porque a falta de igualdade entre homens e mulheres está inserida na cultura, na religião e nas questões jurídicas do próprio estado em relação aos aspectos da família, da economia, do trabalho e de qualquer procedência.

Com essa finalidade, a deputada buscou “especial empenho em propor projetos que deem visibilidade aos problemas que afetam predominantemente as mulheres e à implementação de ações positivas de erradicação da discriminação e de promoção da igualdade de gênero”. Consideramos que esse projeto é entendido como “Ideário Feminino”, pois são dados sobre a vida da mulher gaucha, em termos de economia e saúde. Esses dados contemplam o nível de emprego das mulheres, a taxa de participação em relação à População Economicamente ativa, a taxa de desemprego, a participação feminina por setor de atividade, o rendimento médio real das mulheres ocupadas e o total de rendimentos das mulheres ocupadas.

Ainda trata do índice de participação de mulheres ocupadas em ambiente insalubres, expectativa média de vida, taxa de mortalidade da população, número de mortes de mulheres durante a gestação, taxa de participação na composição etária e étnica, grau de instrução, taxa e incidência de gravidez, taxa de incidências de doenças, proporção das mulheres chefes de domicílios e cobertura previdenciária para trabalhadoras. Este projeto de lei é destinado à implementação de políticas públicas específicas para as mulheres. Esta lei certamente possibilita um importante elemento para a criação de programas voltados para uma melhor condição de vida para a mulher no estado do Rio Grande do Sul. Para que fosse categorizado como “Discurso Feminista”, seria preciso que a divulgação desses dados efetivassem políticas que permitam às mulheres, por exemplo, uma vida sem violência e a garantia ao direito de escolher ser mãe ou não e sobre sua orientação sexual.

Além disso, é necessário garantir políticas públicas de combate à violência doméstica e abuso sexual e de garantia dos direitos à sua saúde e ao exercício do direito da sexualidade e direitos reprodutivos. Stela Farias também apresentou um projeto que dispõe sobre o registro e divulgação dos índices de violência contra a

mulher no estado do Rio Grande do Sul. Deve ser disponibilizado pelo Órgão de Segurança Pública os dados como o número de ocorrências registradas por tipo de delito, o número de inquéritos por tipo de delito e o número de inquéritos encaminhados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. A divulgação desses dados é importante e, quando é aplicada, promove uma mudança na cultura a partir da divulgação de atitudes igualitárias e princípios éticos de respeito ilimitado às diversidades de equidade de gênero e de uma valorização da paz.

A divulgação desses dados também pode ser utilizada para garantir e assegurar os direitos das mulheres em condição de violentadas, considerando as questões étnicas, de gerações, de orientação sexual, de portadoras de deficiência e de inserção social, econômica e de regiões. Entendemos, a partir do que consideramos como “Ideário Feminino” e “Discurso Feminista” nas categorias que criamos que a deputada contemplou em seus projetos as duas definições.

Apesar da importância dos dois projetos de Stela Farias, entendemos que esse baixo número de proposições deva ser fruto do trabalho que realizou antes do mandato como deputada, já que um município exige demandas públicas voltadas para a sociedade em geral. “Em 1996, quando foi eleita a primeira prefeita de Alvorada, teve sua gestão marcada pela racionalização dos recursos, pelos investimentos em obras de infraestrutura<sup>31</sup>, construção e reforma de escolas e pela organização financeira das contas do município. A análise dos projetos evidencia que, para além de questões vinculadas a gênero, a deputada buscou representar outros interesses. A questão da emancipação da mulher não tem exclusividade no exercício parlamentar da deputada”. Destacamos também que nessas falas não é exigida a aplicabilidade da Lei de Cotas para a mulher nas eleições proporcionais.

Para além disso, podemos entender que deve haver uma maior investigação sobre a maneira como os partidos políticos vêm agindo no processo, não exercendo efetivamente a Lei de Cotas no Brasil, assim como os mecanismos internos de escolha e de apoio a candidaturas que em grande parte privilegiam uma trajetória mais tradicional de candidatos, dando preferência a políticos conhecidos e, na maioria das vezes, não contemplando as candidatas do sexo feminino, aquelas denominadas candidatas cotistas, exceto quando as candidaturas são de “mulheres-

---

<sup>31</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

apêndices” ou que tem “herança política”. Entendemos que os partidos políticos não auxiliam no processo das candidaturas femininas e na criação de uma agenda política voltada para a mulher. Além disso, as parlamentares não têm voz ativa para fazer valer a aplicabilidade da Lei de Cotas na Assembleia Legislativa. Dessa forma, a questão de gênero é deixada de lado e não é tratada como prioridade na representação das deputadas. Isso fica muito evidente na análise das falas e dos projetos.

### **Deputada Marisa Formolo**

A deputada (nascida em 1947)<sup>32</sup> é também uma liderança política do Partido dos Trabalhadores. Marisa possui carreira política autônoma. A parlamentar é formada em Filosofia e Pedagogia, especialista em Pesquisa e Mestre em Planejamento Educacional. “Como política, Marisa Formolo acumula as experiências de vice-prefeita e prefeita pelo PT, em Caxias do Sul<sup>33</sup>, e de um segundo mandato na assembleia legislativa”. Na 52ª legislatura, Marisa presidiu a comissão de saúde e Meio Ambiente da Assembleia e assumiu a relatoria da subcomissão para tratar da educação Profissional no RS.

Foi reeleita em 2010 com 43.860 votos. Ainda atuou como Secretária de Educação. Esperou em seu mandato a ajuda dos colegas da comissão de educação e da sociedade para garantir o direito ao ensino de qualidade. As parlamentares petistas foram as deputadas que mais visibilidade legislativa tiveram em termos de falas de tribuna. Tratou de programas de desenvolvimento para a economia e conduta do governo. Falou sobre demandas regionais do ensino básico do RS, sobre servidores públicos tendo ganhos através de medidas judiciais contra o estado e sobre festas comunitárias do país. A partir da experiência de vice-prefeita em 1997, apresentou a coordenação de todo o sistema de implantação de uma gestão integrada por áreas.

“Em suas falas de tribuna, a deputada falou sobre as muitas creches que possuem convênio com o RS nos municípios<sup>34</sup>. Falou sobre o programa Nacional de

---

<sup>32</sup> [www2.al.rs.gov.br/silvanacovatti/Perfil/](http://www2.al.rs.gov.br/silvanacovatti/Perfil/)

<sup>33</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Marisa\\_Formolo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Marisa_Formolo)

<sup>34</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

segurança com cidadania, PRONASCI”. Foi à tribuna em tempo de liderança para informar aos deputados e deputadas que estava entregando o boletim que refere o número de audiências públicas realizadas pela Comissão de Educação, bem como presta contas do segundo semestre de 2007, visto que a prestação de contas do primeiro semestre já foi feita no primeiro boletim, editado em julho do mesmo ano.

Foi à tribuna saudar o dia estadual da comunidade polonesa no Rio Grande do Sul, comemorado em 03 de maio. “Realizou reuniões, na região da serra, tanto no Corede quanto na Câmara de Vereadores, com a Assurcon, associação que trata da questão dos pedágios na região que engloba os municípios de Farroupilha e Bento Gonçalves<sup>35</sup>. Foi à tribuna dizer que os jornais anunciavam que o Duplica RS, plano para as estradas, previa uma negociação pela qual seria feita uma reformulação dos contratos de concessão de rodovias. Mobilizou-se porque a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, que foi fruto do voto da população gaúcha no orçamento participativo, estava sendo silenciosa e sorrateiramente desmontada.

As propostas apresentadas pelos deputados Paulo Odone e Giovani Cherini, relativas a não utilização de telefone celular nas escolas e outros recintos, levaram a deputada a dizer que, mesmo que excelentíssimos tenham sido procurados por professores e professoras visando o cumprimento do papel de tornar lei esse ato proibitivo, é muito ruim para educadores, como ela, a situação de precisarmos de leis para criar condutas educativas sérias nas escolas.

Mostrou certo interesse pela questão das mulheres. Em suas falas, comemorou o Dia da Mulher. Fez Homenagem às mulheres vítimas de violência. Mostrou dados da Fundação de Economia e Estatística que apontaram que, no Rio Grande do Sul, o desemprego entre os homens era de 9,6%, enquanto entre as mulheres era de 15,3%, em 2007. Disse que almejava ser, além de mulher, cidadã capaz de amar profundamente a vida e de amar transformando esta sociedade. Falou que as mulheres ainda dedicam-se quatro vezes mais que os homens às tarefas domésticas, apesar de mudanças nas estruturas familiares estarem acontecendo e serem importantes”. Abordou o tema referente à mulher e ao dia

---

<sup>35</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

internacional da mulher. Cumprimentou e prestou a sua homenagem a duas mulheres que fizeram história na política do Rio Grande do Sul: Jussara Cony e Yeda Crusius. Falou que, no que diz respeito à legislação, a partir dos anos 70, o trabalho feminino obteve diversas conquistas graças à organização e à militância feminina. “Prestou homenagem a todas as mulheres que buscam o seu espaço com esforço<sup>36</sup>. Disse que acredita que a mulher que entrou na política partidária, desenvolveu sua habilidade de comunicação e assim, tem um determinado poder de expressão intelectual na comunidade”. Contudo, também apresentou um número muito baixo de projetos para as mulheres: apenas 06. Um aspecto que pode nos ajudar a entender o baixo número de projetos que são apresentados pode ser verificado através da análise que fazemos das falas das deputadas.

Em seus discursos, as parlamentares tendem a falar para a mulher, sobretudo, como mães e como cuidadoras, e menos como sujeitos políticos. Dessa forma, uma questão que deve ser mais investigada se seria possível haver uma ação política mais eficaz na agenda das parlamentares em relação a determinados temas, como a inclusão das mulheres na política, falados e ratificados por todas e de uma forma permanente. Salvo raras exceções, como os temas da ditadura militar, crises do DETRAN, audiências públicas de educação, patrimônio cultural, entre outros. Em relação aos projetos apresentados, a deputada solicitou o prêmio de reconhecimento pela Atuação para a sustentabilidade socioambiental, no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, aumentou a dotação do projeto 6016 (Manutenção do Conselho Estadual de Educação). Criou projeto “Atendimento da educação Básica do Campo adequado às realidades locais”. Em relação às mulheres, a deputada somente solicitou a representação proporcional de gênero nas comissões técnicas permanentes. Essas comissões são compostas por doze membros. Esse projeto, em forma de requerimento, é categorizado como “Discurso Feminista”. O projeto apresentado dispõe que na constituição de cada comissão técnica permanente é assegurada a representação proporcional de gênero, e deve ter no mínimo uma vaga para cada sexo, tanto quanto possível. De acordo com a deputada, “a alteração proposta atende ao princípio da isonomia no funcionamento interno da Assembleia Legislativa, aplicado à representação proporcional dos partidos políticos

---

<sup>36</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

e dos sexos, tanto nas mesas diretoras como nas comissões permanentes”. Discriminação e preconceito não são questões simplesmente subjetivas, mas sim parte da vivência prática dos sujeitos- são expressas no corpo, na carreira profissional, no lazer e na política.

Quando dizemos que a política precisa integrar a questão de gênero, estamos dizendo que é preciso olhar esta condição, identificar os variados elementos que devem ter acesso e que trajetórias estão reforçando discriminações, estereótipos, interações de poder, nesse caso parlamentar. As políticas públicas não são políticas focadas a um determinado grupo (priorizam grupos de populações que sofrem preconceito no contexto da luta em prol da universalização da garantia dos direitos).

As políticas sociais devem respeitar, acolher e promover o exercício dos direitos (políticos, civis, culturais, econômicos e sociais), de todas as pessoas e entendê-las como sujeitos com garantia de direitos, independente de sua condição econômica, etnia, faixa etária, estado civil, espaço de moradia, ocupação que exerce e sexualidade. São esses os direitos que gostaríamos de ver garantido nos projetos das deputadas, tanto na definição de “ideário feminino”, como no “discurso feminista”, já que em muitas falas esses mesmos direitos foram citados. Mostrando a discussão em relação à inserção na política das mulheres nas democracias chamadas de representativas atuais, o presente texto mostra dados sobre a participação das mulheres na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, apresentando a preocupação principal de verificar se as deputadas levantaram questões referentes à discussão em relação às falas e projetos sobre gênero. E na apresentação sobre os projetos da Marisa Formolo, podemos notar que ela não tem a preocupação de apresentar projetos que discutam a questão de gênero na prática, e tampouco propõe alguma ação efetiva para as mulheres. Quando falamos da questão de gênero nos discursos e nos projetos, queremos dar à questão o sentido de uma dimensão analítica, e este sentido só é possibilitado com a adoção de inovadores protótipos teóricos (CONCEIÇÃO, 2009). Essa lembrança sobre o sentido da palavra faz-se fundamental, pois o mero uso do termo gênero, excluído de uma transformação de perspectiva na teoria, faz com que sejam estudadas as questões relativas às mulheres, excluindo o debate do que as interações entre o sexo masculino e o feminino estão construídas como estão, a maneira como se organizam e como se transformam. As discordâncias de gênero no momento em

que são levadas a sério tem a possibilidade de elevar o nível de consciência de classe, na medida em que estão permeadas da falta de igualdade entre homens e mulheres. Essa igualdade também deve ser buscada através da legitimação da Lei de Cotas. Porém, o pequeno percentual de partidos que aderiram às cotas por gênero dentro das cúpulas partidárias e o baixo número de mulheres nas direções dos partidos mostra a urgência de abrangência do espaço na política para a mulher nos partidos políticos do país.

### **Deputada Cecília Hypólito**

“A deputada Maria Cecília Moreira Hypólito ou somente Cecília Hypólito, como é chamada no parlamento, é filiada ao PT<sup>37</sup>”. Natural de Pelotas, RS<sup>38</sup>. Assim como a sua colega de bancada, Stela Farias, Cecília também possui carreira autônoma. É formada em Educação Física e Pós-graduada em Ginástica e Dança pela Universidade de Pelotas. Foi deputada por três mandatos (49<sup>a</sup>, 50<sup>a</sup> e 52<sup>a</sup> legislaturas). Na 52<sup>a</sup> Legislatura assumiu a vaga do Deputado Ivar Pavan. Fundadora do PT em Pelotas. Em Abril de 2003, assumiu a gerência executiva do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no Rio Grande do Sul. Em 2010, reassumiu Cadeira no Parlamento. Infelizmente, não conseguimos mais dados sobre a trajetória pessoal e política da deputada, pois não há muita divulgação sobre sua história de vida e também não foi possível verificar as falas e as proposições de lei dessa parlamentar.

“A deputada Cecilia Hypólito na 52<sup>a</sup> Legislatura assumiu como suplente em 1º de janeiro de 2011 permanecendo na cadeira até 31/01/2011 quando se encerrou a Legislatura e conseqüentemente o seu mandato<sup>39</sup>”. Nesse período de recesso parlamentar, não houve sessões ordinárias, apenas a Sessão de Posse do Governador em 1º de janeiro, uma sessão extraordinária em 11 de janeiro quando a deputada participou de algumas votações e a sessão de posse da nova legislatura em 31 de janeiro. Então, não aconteceram pronunciamentos em tribuna e nem proposição de projetos.

---

<sup>37</sup> [www2.al.rs.gov.br/memorial](http://www2.al.rs.gov.br/memorial)

<sup>38</sup> <http://www2.al.rs.gov.br/memorial>

<sup>39</sup> <http://www2.al.rs.gov.br/memorial>

## PP - Partido Progressista

Deputadas
Silvana Covatti
Leila Fetter

### Deputada Silvana Covatti

“A deputada nasceu em 08 de dezembro de 1963, em Frederico Westphalen”. É representante do Partido Progressista. Silvana é professora primária e acadêmica de direito. “É casada com o político Vilson Covatti<sup>40</sup>, com quem tem três filhos: Viviana, Luis Antônio e Francieli”. “Sua história na política se iniciou acompanhando Vilson Covatti - seu esposo, o qual possui uma história marcante no cenário político”.

A campanha do esposo da deputada para vereador em Frederico Westphalen, em 1986, foi a primeira experiência de Silvana nos bastidores políticos. Após 23 anos dedicados aos bastidores da política, Silvana Covatti chega pela primeira vez à linha de frente para assumir uma vaga na Assembleia Gaúcha. Sua participação na política junto ao marido, Vilson Covatti, eleito deputado federal em 2006, e as ações que desenvolve nas comunidades garantiram sua vaga no Parlamento, sendo a mulher parlamentar mais votada na 52ª legislatura. Em seus pronunciamentos, Silvana pretendeu desenvolver projetos em defesa das mulheres, em especial da mulher agricultora, das crianças e jovens.

Em uma dessas falas, disse que "Lutar por oportunidades de emprego para os jovens e encontrar soluções viáveis para problemas atuais como a gravidez precoce, planejamento familiar, crianças em situação de risco e educação ambiental estão entre umas das minhas metas". Disse que trabalharia para criar centros de saúde nos municípios do Interior, para evitar o êxodo para a capital.

Disse também que estaria empenhada na busca do repasse dos 12% previstos para o setor da saúde. Disse que "A população apostou na mulher porque ela é audaciosa, criativa, tem garra, coragem, é autêntica e verdadeira". Dessa forma, pretendeu abrir as portas do Legislativo estadual para as mulheres,

---

<sup>40</sup> [www2.al.rs.gov.br/silvanacovatti/Perfil](http://www2.al.rs.gov.br/silvanacovatti/Perfil)

incentivando sua representação não somente na política mas também na sociedade.

A deputada lembrou que a partir dos anos 70 o trabalho feminino obteve diversas conquistas graças à organização e à militância feminina. Reeleita na eleição de 2010, com mais de 85 mil votos entende a importância da representação das mulheres no parlamento, e na reeleição atribuiu o número de votos ao empenho e toda a confiança do povo nas mulheres que optam por entrar na política. No caso dessa Deputada, que fez um número expressivo de votos, os projetos são criados pensando em demandas que atinjam o maior número possível de eleitores, independente do sexo. A partir da fala sobre a mulher, partimos da ideia de que o discurso é um espaço determinado e privilegiado de criação das identidades sociais, como afirma Moita (2003).

Ocupou a vice-presidência da Comissão Mista Permanente de Participação Legislativa no período 2007/2008, e é membro titular da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e da Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle<sup>41</sup>. Apresentou-se como relatora do Projeto de Lei 191/2007, que trata do Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011. À parte disto, ainda participou como suplente da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Assuntos Municipais e da Comissão de Ética. A deputada participou e liderou importantes Comissões, que até pouco tempo atrás, eram presididas somente por homens. Na 52ª Legislatura, escolheu o dia internacional da mulher para estrear na tribuna do parlamento gaúcho.

“A deputada<sup>42</sup>, nas falas de tribuna, disse que acreditava na agricultura e no agronegócio. Fez menção às mulheres, representando o Partido Progressista, e parabenizou o deputado Paulo Borges pela iniciativa de apresentar um projeto de lei que criava os comitês municipais de tolerância zero para Mortalidade por Câncer de Mama, apoiando o trabalho do instituto da mama do Rio Grande do Sul (Imama), entidade que saudou na pessoa da Dra. Maira Caleffi”. Fez saudação aos colegas deputados estaduais que prestigiaram a sessão dedicada ao dia internacional da mulher e, com todo o carinho, as suas colegas deputadas estaduais Marisa Formolo, Stela Farias e Zilá Breitenbach. “Disse que as agraciadas mulheres que receberam o

---

<sup>41</sup> <http://www2.al.rs.gov.br/silvanacovatti/Perfil>

<sup>42</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

troféu maravilhoso do parlamento gaúcho estiveram lá representando todas as mulheres gaúchas<sup>43</sup>. Fez uma homenagem a todas as mulheres, principalmente àquelas que estão no interior do estado. Disse que é parte desse grupo, pois vem de uma região de pequenas propriedades rurais, do interior do Rio Grande do Sul, de Frederico Westphalen, Município distante da grande Capital que é Porto Alegre”.

Falou que o ato de manifestação em frente à casa da então governadora Yeda extrapolou o que se pode chamar de manifesto a um gestor público, a um chefe de estado. Disse que esse tipo de manifestação deveria ocorrer em frente ao órgão administrativo e não em frente à residência de uma mulher que está comandando o estado, porque lá mora a sua família, lá ela criou seus filhos, lá estavam com ela os seus netos. Disse também saber o quanto isso é complicado para uma mulher que tem sensibilidade, que tem amor próprio, que tem alma e que tem coração, porque já passou dois anos e três meses respondendo a um processo no qual não havia provas. Disse saber também o quanto os seus filhos sofreram na escola e na rua porque era deputada. Voltou à tribuna como mãe e como mulher para dizer a toda a sociedade gaúcha que Yeda Crusius é humana, é um ser humano. Ela é uma mulher que tem, como característica, o desejo de ser respeitada pelas pessoas. Além dessas manifestações sobre a governadora e o seu papel de mulher como chefe de estado, a deputada ainda falou sobre o diagnóstico precoce do câncer de mama e fez homenagem às mulheres gaúchas. Destacou a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama com ações preventivas através de palestras, informações, prática do autoexame e uma série de outros procedimentos a serem adotados pela sociedade civil, pelos órgãos públicos e pelo voluntariado de maneira organizada. Disse que, por meio dessas ações, pode-se chegar à cura de 98% dos casos da doença detectados precocemente. Tratou da bandeira da mulher e fez homenagem à luta de milhões de mulheres que vivem no Brasil e que lutam por um país no qual as mulheres tenham direitos iguais.

Falou que a mulher é verdadeira, audaciosa, corajosa, tem sensibilidade e falou da contribuição das mulheres no parlamento gaúcho e no estado. Tratou da participação da mulher na vida política e disse que a mesma tem o caráter de equiparar as desigualdades e sonhos. Esta deputada teve destacado trabalho como

---

<sup>43</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

presidenta da Ação da Mulher Progressista onde incentivou mulheres a participarem ativamente na política de seus municípios e Estado e “não somente segurando bandeiras nas esquinas e organizando reuniões, mas também atuando diretamente na política seja como presidenta de associação, vereadora, prefeita, deputada, senadora ou simplesmente dona de casa”, conforme disse a parlamentar.

Ao ouvir o som de choro de criança no plenário do parlamento gaúcho em um momento que ocupava a tribuna, a parlamentar quis compartilhar a sensibilidade, o amor, o carinho, a dedicação e a garra da mulher. Na chance que teve de se manifestar sobre o dia internacional da mulher, quis falar das cinco maneiras de compreender esse dia.

Primeiramente, temos a data como uma oportunidade para as cortesias masculinas. “É uma data parecida com o dia das mães, no qual esposos<sup>44</sup>, filhas e filhos prestam reverências às esposas e mães, dando-lhes felicitações, flores, cartões, presentes”.

A segunda maneira visualiza o dia como uma ocasião para reflexão e conscientização acerca das inúmeras formas de se efetivar a adequada recepção das mulheres na vida social. A terceira maneira de entendermos o sentido deste dia envolve a nossa solidariedade a todas as mulheres que, em culturas diferentes da nossa, vivem submetidas a condições absolutamente imorais nas suas relações familiares e sociais.

É bem normal que as pessoas, ao constatarem nas diferentes culturas a ocorrência de hábitos distintos, se inclinem a crer que existam tantos tipos de moralidade quantos sejam os costumes, e que moral e costumes sejam sinônimos. Para a deputada, não é assim. A quarta maneira de compreender o dia internacional da mulher liga-se muito diretamente à sua origem, em 1857, quando do massacre das operárias de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque, durante uma greve. E finalmente, chegamos à quinta maneira, que é o presente. Essa maneira é propriamente feminina e brasileira de compreender o sentido do dia 08 de Março no calendário internacional, afirma a deputada. “Em uma nação como a nossa, cabe a nós mulheres, refletirmos sobre as nossas próprias realidades e sobre as realidades do nosso entorno para ver como andam as coisas, diz a deputada.” Podemos citar

---

<sup>44</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

que a presença de mais deputadas na Assembleia, devidamente associada aos diferentes contextos históricos e acontecimentos políticos e conflitos sociais, teve efeito fundamental tanto em relação às falas, quanto às proposições apresentadas pelas parlamentares estaduais.

Sobre os projetos de lei, a deputada declarou integrante do patrimônio histórico e cultural do estado o dialeto “Talian”, originado dos italianos e descendentes radicados no Rio Grande do Sul, apresentou projeto que dispõe sobre obrigatoriedade de placas indicativas em rodoviárias no estado do RS e declarou integrante do patrimônio histórico e cultural do estado do RS, o festival de teatro de Canela. “ Alterou a Lei nº 8.820, de 27 de janeiro de 1989, que instituiu o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação<sup>45</sup>”.

Embora tenha se manifestado sobre as mulheres em 07 falas na tribuna, a deputada não propôs nenhum projeto voltado para o sexo feminino. Existe uma incoerência entre o discurso e a prática de Silvana, pois para ela, a população gaúcha apostou na mulher porque ela é audaciosa, criativa, tem garra, coragem, é autêntica e verdadeira. Disse ter certeza de que no parlamento gaúcho há várias mulheres com condições de defenderem no plenário as lutas da mãe e das mulheres agricultoras. Para a deputada, a mulher também é vista sob uma ótica religiosa: “Deve-se falar de igualdade porque a mulher tem exatamente como o homem, a dignidade de pessoa e de filha de Deus. E, a partir dessa igualdade fundamental, cada um deve atingir o que lhe é próprio”.

Ainda para ela, as principais fortunas das mulheres são aquelas que mostram suas diferenciações, em relação ao homem, que são as peculiaridades do sujeito feminino. Argumentou em suas falas sobre a não inclusão das mulheres em determinadas culturas, que impedem seu acesso à esfera privada, de forma totalmente opressiva. Para ela, o problema foi “o atraso das culturas que se mantiveram fechadas à participação da mulher, como é o caso de muitas sociedades muçulmanas. Quanto mais contida a participação, quanto mais discriminada for a presença das mulheres, maior o retardo cultural e civilizacional de uma

---

<sup>45</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

comunidade.” Em suas falas<sup>46</sup>, a Deputada disse que “a mulher só irá atingir os seus interesses, o seu espaço, através de uma grande aliança”.

Falou também que tem certeza que a partir de datas como o Dia Internacional da Mulher é que as mulheres poderão renovar a sua força em prol das lutas que as esperam. Em suas manifestações, disse que as deputadas representam as mulheres gaúchas. Portanto, disse pretender abrir as portas do legislativo estadual para as mulheres, incentivando sua representação não somente na política, mas também na sociedade. A deputada ainda disse que "Não existem normas que impeçam o ingresso ou dificultem a permanência de mulheres no mercado de trabalho, mas, infelizmente, ainda se observam práticas de contratação discriminatórias". Devido à própria atuação política, pela trajetória que vem percorrendo junto ao seu marido e pelas ações permanentes que desenvolve nas comunidades que representa, Silvana garantiu sua vaga na Assembleia com 65.547 votos, foi líder do Partido Progressista na Assembleia Legislativa no período 2007/2008.

Esses teóricos, dedicados aos chamados estudos de transformação cultural em perspectiva comparada, vem mostrando evidências empíricas de determinada transformação nas disposições de grupos das chamadas sociedades pós-industriais em relação à equidade de gênero, com consequências positivas sobre as instituições. Dentro desse grupo, podemos citar INGLEHART e WELZEL (2005)<sup>47</sup> e INGLEHART, WELZEL e NORRIS (2003)<sup>48</sup>. As teorias discutidas por autores como Inglehart, Welzel e Norris demonstram as proporções que a discussão sobre gênero vem tomando na cultura política, de modo que atualmente a perspectiva da discussão entre os sexos é inserida em boa parte das categorias usadas na análise dos pronunciamentos das parlamentares. Voltamos, nesta parte do trabalho, à nossa questão norteadora e os dados analisados das falas e dos projetos nos mostram que as deputadas do Rio Grande do Sul não possuem uma preocupação específica e central em relação à defesa de proposições sobre as mulheres, nem mesmo sobre a

---

<sup>46</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

<sup>47</sup> INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence**. New York, Cambridge University Press, 2005.

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_; NORRIS, Pippa e WELZEL, Christian. 2002. Gender equality and democracy. *Comparative sociology*, 1(3/4): 321-345. [http:// dx.doi.org/10.1163/156913302100418628](http://dx.doi.org/10.1163/156913302100418628).

promoção das parlamentares, como, por exemplo, a ampliação das mulheres no espaço da política institucional.

A questão de não haver coerência entre o que é falado e o que é apresentado na prática, demonstra a pequena manifestação da deputada Silvana Covatti e do restante da bancada das mulheres no parlamento do Rio Grande do Sul, na 52ª legislatura, na garantia e na construção dos direitos e políticas públicas para a mulher.

Dessa forma, além de possuir uma desvantagem numérica, as deputadas ainda apresentaram um número pequeno de projetos e proposições de leis relacionadas à mulher e seus direitos. As proposições de lei apresentadas pela deputada na referida legislatura indicam que aconteceu uma hegemonia em relação aos temas de patrimônio histórico. No caso da Silvana Covatti, podemos dizer que a sua representação é voltada para o eleitorado em geral, e seu mandato não está associado à luta das mulheres por uma transformação na política e nem mesmo a questões mais específicas, como a saúde e a violência do sexo feminino. A inexistência de projetos de lei relacionados a garantias de direitos das mulheres apresentados pelas parlamentares demonstram a necessidade efetiva de uma criação de grupos de trabalhos parlamentares visando buscar uma representação efetiva da mulher no estado do Rio Grande do Sul.

A criação e discussão de grupos parlamentares de considerar o debate sobre o empoderamento na política, que se refere à igualdade na representação, em partidos políticos e a voz enfatizada daqueles que têm menos voz, de uma maneira que as mulheres possam ser inseridas nas tomadas de decisão que atingirão suas vidas e as histórias de outros sujeitos semelhantes a elas. Essas mulheres devem poder “discutir sobre”, bem como “discutir sobre elas mesmas”, conquistando a garantia de participarem do processo de democracia.

A participação organizada das mulheres têm uma importante missão a ser cumprida no monitoramento da implementação de projetos de leis e políticas que atingem a mulher e, assim, na exigência da aplicabilidade dessas políticas afirmativas e leis, por parte do estado. A construção de políticas públicas de gênero ou que adquiram um olhar voltado para a questão de gênero pelos legisladores é um processo em desenvolvimento. Esta adequação tende a refletir uma agenda política formulada pelos movimentos de mulheres e entidades do feminismo, assim como

prioridades estabelecidas pelos outros movimentos nos quais a inserção das mulheres é decisória, como nos grupos de situação de moradia. A inserção da igualdade de gênero na agenda parlamentar ocorre como parte do fenômeno de democratização, o que significa a inclusão de novos atores no cenário da política e, ao mesmo tempo, a adequação de novos temas pela agenda política.

### **Deputada Leila Fetter**

A Professora e Arquiteta Leila Maria Wulff Fetter chegou à Assembleia Legislativa em 2003 para um mandato com visão feminina<sup>49</sup>, “sem ser feminista, cheio de ousadia e sem medo de desafios”, conforme a deputada. Leila Fetter disse que “pretendia trabalhar baseada na sua experiência como professora e de quem sempre acompanhou e atuou nas campanhas do marido, o deputado federal Adolfo Fetter Júnior”.

A deputada pode ser classificada como pertencente ao perfil de “famílias de políticos”, por ser “mulher-apêndice”. Dentro da política de partidos, a sua experiência começou na antiga Arena Jovem, quando conheceu Fetter Júnior. No ano 2000, resolveu tentar a sua primeira eleição. Foi candidata à prefeitura de Pelotas. Através deste desempenho, decidiu concorrer à deputada estadual, em 2002. Fez aproximadamente 35 mil votos.

“Em outro partido, teria conseguido”, diz Leila Fetter. A parlamentar lembrou a importância do acordo entre os partidos, proposto pelo novo governo do estado, de união pelo Rio Grande. Nesta área, Leila Fetter disse que “pretendia desenvolver o seu trabalho no legislativo. Não vou atuar numa única linha. Mas serão prioritários os projetos sociais e educacionais, além do desenvolvimento da zona Sul”, disse a deputada.

“Quando entrou no parlamento<sup>50</sup>, a deputada acreditava que os problemas da zona Sul do Estado estavam bem diagnosticados. Em suas falas de tribuna, a

---

<sup>49</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

<sup>50</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

deputada contou de uma forma bem modesta e clara, um pouco da sua história de trabalho e de como chegou à ALERGS”. Disse ter orgulho de ser uma trabalhadora, uma profissional da educação que sempre lutou pela dignidade da sua profissão e da dos seus colegas.

Falou da interiorização da ALERGS. A deputada, em seus pronunciamentos, quis expressar muito claramente a sua posição ao enfatizar que a Assembleia Legislativa é a casa da democracia, a casa de várias ideologias políticas e também a casa do respeito.

Para ela, foi uma grande satisfação poder, em um de seus pronunciamentos, prestar reconhecimento ao soldado brasileiro e informou que o Dia do Soldado comemora-se no dia 25 de agosto. Em relação às mulheres, subiu à tribuna para registrar que foi lançada a semana da luta contra o câncer de mama, numa solenidade muito significativa que contou com a participação da presidenta do instituto de mama do Rio Grande do Sul, Dra. Maira Caleffi, do presidente da casa na época, deputado Frederico Antunes, e de representantes de várias entidades e voluntários que trabalham em prol dessa causa. Falou sobre o projeto da ONG Mama vida, que tem contribuído, ao longo dos seus mais de 36 meses de atuação, para a realização de mais de 20 mil consultas médicas, principalmente destinadas àquelas mulheres que não têm condições de realizar esse tipo de exame justamente pela falta de recursos financeiros. “Esta ONG possui uma ferramenta muito importante<sup>51</sup>, o Mama móvel, que é um veículo no qual está acondicionado um mamógrafo, pelo qual se realizam exames de mama nas mulheres, tanto para prevenção quanto para diagnóstico, que, se positivo, infelizmente, na maior parte das vezes, leva à cirurgia. Este projeto esteve, em 2007, em operação em 23 municípios da região sul do estado. A deputada esteve buscando, na legislatura, que ele fosse estendido a mais 11 Municípios, servindo não somente como um exemplo de solidariedade e de fraternidade, mas como modelo de política pública para a questão do câncer de mama, o qual poderia ser adotado em todo o estado do Rio Grande do Sul. Lamentavelmente, da mesma forma, a deputada teve que registrar que o RS é o estado com maior incidência de câncer de mama, o que levou a parlamentar a solicitar a todas as deputadas e deputados da casa que se unissem

---

<sup>51</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

em torno dessa questão, principalmente no que diz respeito à busca de verbas junto ao ministério da saúde para o financiamento dessa obra. Fez Homenagem ao Dia internacional da mulher e falou das conquistas que as mulheres alcançaram na sociedade de hoje graças à participação”. O ano de 2007 foi o quinto ano em que a deputada participou das comemorações do dia internacional da mulher, e não pôde deixar de agradecer ao presidente da assembleia legislativa, deputado Frederico Antunes, pela gentileza de presentear a todas as deputadas com um buquê de flores. No dia 08 de Março de 2007, em que destacou algumas mulheres por seu trabalho, sua atuação em diferentes áreas e sua participação na sociedade, iniciou o seu pronunciamento da mesma forma como o fez na legislatura anterior, entendendo que todo dia (e o dia todo) é o dia da mulher. Mas, ainda assim, não deixou de aproveitar esta oportunidade, para fazer um grande desabafo. Finalmente, cabe mencionar que no decorrer do período verificado (2007-2011), foram registrados 10 pronunciamentos da deputada na assembleia legislativa do RS, dos quais 02 foram voltados à questão de gênero.

Durante seu mandato, a deputada apresentou projetos e fez solicitações como a realização de um grande expediente especial, para homenagear a Fenadoce. Alocou recursos para aquisição de quatro computadores completos para a escola de ensino Médio de Arroio do Padre. Solicitou a aquisição de aparelhos de fisioterapia e bloco cirúrgico para a prefeitura de Santana da Boa Vista, no valor de R\$ 40.000,00 e aumentou dotação do projeto 6006- Saneamento básico para pequenas comunidades, disponibilizando recursos para saneamento básico em Turuçú. “Com relação às mulheres, somente solicitou à Comissão de Cidadania e direitos Humanos uma subcomissão, com o objetivo de analisar projetos e políticas sociais, voltado para jovens<sup>52</sup>, mulheres e afrodescendentes”. Leila Fetter não apresentou nenhum projeto específico para as mulheres. A deputada não atua efetivamente no processo de equidade de gênero.

O baixo número de projetos de lei associados com a garantia dos direitos da mulher apresentados pelas parlamentares demonstra a necessidade efetiva de determinada criação de grupos de discussão no parlamento para garantir a representação política efetiva das deputadas no estado. Conforme Ronald Inglehart,

---

<sup>52</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

Pippa Norris e Christian Welzer (2004), o aumento da ênfase na igualdade entre homens e mulheres é um fator determinante no processo de democracia o qual necessita ser considerado quando discutimos questão democrática.

Como assinalam Joni Lovenduski e Pippa Norris (2003), a exigência de crescimento no número de mulheres eleitas terá como consequência uma mudança qualitativa com a transformação dos princípios e atitudes de homens e das mulheres, especialmente no caso de as mulheres políticas diferirem substancialmente dos homens em relação aos interesses e a forma de atuar nos processos decisórios. De qualquer maneira, para Lovenduski e Norris a presença de políticas como representantes eleitas aponta para a credibilidade de suas preocupações devendo culminar no maior reconhecimento desses processos.

## **PTB - Partido Trabalhista Brasileiro**

### **Deputadas**

**Kelly Moraes (Neiva Teresinha Marques)**

## **Deputada Kelly Moraes**

“A deputada Neiva Teresinha Marques, mais conhecida como Kelly Moraes<sup>53</sup>, é filiada no PTB”. Foi Secretária Municipal de saúde- 1997 a 2002- durante os dois mandatos do marido Sergio Moraes na prefeitura de Santa Cruz do Sul- 1997 a 2004. Foi também Secretária Municipal de desenvolvimento social- 1997 a 2002, no período de mandato do prefeito de Santa Cruz do Sul. Solicitou a renúncia como parlamentar para assumir a prefeitura de Santa Cruz do Sul- 05/01/2009. Foi suplente da Comissão de Constituição e Justiça”. Foi titular da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e da Comissão de Serviços Públicos. Foi suplente da CPI do DETRAN, da Comissão Especial de Arenização da Região Sudoeste do RS, da Comissão Especial de Habitação Popular e Regularização Fundiária, da Comissão Especial sobre os avanços das pesquisas de Células-tronco, da Comissão Especial

---

<sup>53</sup> [www2.al.rs.gov.br/memorial](http://www2.al.rs.gov.br/memorial)

dos Parques Tecnológicos, e foi vice-presidenta da Comissão Especial para analisar a Questão do Lixo no Rio Grande do Sul.

Foi titular da Comissão de Representação Externa para discutir modais de transportes de passageiros e cargas no RS. As suas áreas prioritárias de interesse de atuação política foram o setor fumageiro e as ações voltadas para as áreas de saúde, turismo e esporte. Segundo a deputada, “a luta por uma maior participação feminina no cenário político foi uma das razões que a levaram a disputar cargos públicos”.

Em seu mandato, foi representante da Região do Vale do Rio Pardo e, assim como seu colega Heitor Schuch, assomou à tribuna diversas vezes para se dirigir aos setores industriais e econômicos da região e apresentou projetos voltados para a sua base distrital. Durante o mandato analisado, a deputada do PTB foi a parlamentar que menos subiu à tribuna para fazer uso de suas falas.

Nas poucas vezes em que falou<sup>54</sup>, discutiu sobre os hospitais da região Sul e de casa suporte de hospitais. Em relação à temática da mulher, a deputada fez homenagem às mulheres que são exemplos de luta e de vida e disse que ser parlamentar estadual, independente de o marido exercer ou ter exercido cargos de deputado e prefeito, é ter resultado do próprio trabalho, da busca dos seus objetivos. Falou que as mulheres fazem a diferença no trabalho fora da esfera privada. Quando falamos de gênero e trabalho, podemos relacionar os estudos de Hirata (1989) à essa questão, pois a autora destaca que os trabalhos iniciais, feministas, em particular nos anos 70, privilegiaram o valor social do trabalho doméstico, valorizando, da mesma forma, a articulação entre produzir e reprodução, acabando com enfoques economicistas no estudo das relações da sociedade. Nos estudos em relação à questão do trabalho e gênero é bastante comum destacar os significados e os símbolos de experiência do trabalho- LOBO (1991)<sup>55</sup>, SAFFIOTI (1990) e HEILBORN (1991)<sup>56</sup>. Continuando sobre a temática das mulheres, a deputada disse

---

<sup>54</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

<sup>55</sup> LOBO, Elizabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 14. 1990, Caxambu.

<sup>56</sup> SAFFIOTI, Heleieth. J. B. Rearticulando gênero e classe no Brasil. In: COSTA, Albertina Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (orgs) Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 186-21, 1992. HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In:

que em 2007 havia seis deputadas e todas são mães e que as mães são todas iguais. Foi à tribuna para solicitar o espaço do Grande Expediente, para prestar justa e merecida homenagem ao “Dia das Mães”, abordando, nesta oportunidade, a temática do Planejamento Familiar, com destaque para o papel da mulher na construção de uma sociedade mais humana, estruturada e pacífica.

Homenageando o dia das mães, disse que a maternidade é carreira gloriosa. Falou que há um “demérito cultural” e um preconceito que há na sociedade sobre o papel de mãe e disse que esse demérito é produzido até pela própria conduta das mulheres que são mães, pois sempre as mulheres se colocam num papel de mediadoras, de alguma forma até subalternas nas relações familiares.

Disse que “todas as mães, seja a dona de casa, a executiva, a política<sup>57</sup>, ou o que seja, são, no fundo, iguais. Falou que não é o fato de sermos mulheres que nos honra na política, e sim a luta feminina, pois essa sim alcançou muitos avanços”. O tema sobre maternidade foi um dos que mais mobilizou o discurso das deputadas. Em muitos dos depoimentos as mulheres diziam quantos filhos tinham. Algumas falas referem-se à responsabilidade da mulher na situação de falta de equidade nas relações de gênero, inclusive em relação à divisão das atividades domésticas e cuidado com os filhos. Na apresentação de projetos de lei da deputada, a mesma solicitou a realização de convênios entre o governo no estado do Rio Grande do Sul com entidades desportivas visando à complementação das atividades educacionais de alunos matriculados nas escolas da rede pública estadual de ensino médio e fundamental que deverão obedecer além do disposto na lei federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, as normas estabelecidas na presente lei e inclui, no calendário oficial. Apesar de já ter atuado em grupos sociais pela garantia dos direitos das mulheres, e durante a 52ª legislatura ter apresentado proposições na tribuna em relação a esses direitos, a deputada apenas apresentou a solicitação de um Grande Expediente para tratar sobre o Dia Internacional da Mulher e sobre planejamento familiar na temática em relação às mulheres. E analisando sua presença na tribuna

---

NEVES, M.G.R., COSTA, D.M. (coords) Mulheres e políticas públicas. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF. p. 23-38, 1991.

<sup>57</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>.

entendemos, através de suas falas, que isso aconteceu porque esta parlamentar representa a Região de Santa Cruz, na medida em que só apresentou projetos que contemplou a sua base distrital. A mesma base que a elegeu prefeita de Santa Cruz. Dentro dessa discriminação na apresentação de projetos com temas ligados à questão de gênero, há uma divergência com o movimento feminista, que tem como objetivo fundamental uma mudança da situação das mulheres dentro da sociedade, de uma maneira que supere a falta de equidade entre homens e mulheres.

Os grupos feministas, os movimentos sociais e as parlamentares, quando discriminam temas específicos à vivência das mulheres, contribuem para uma exclusão da questão de gênero dentro da agenda política, pois é uma das desigualdades que devem ser superadas pelo regime da democracia.

## **PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira**

<b>Deputadas</b>
------------------

<b>Zilá Breitenbach</b>
-------------------------

### **Deputada Zilá Breitenbach**

“Zilá é natural de Três de Maio<sup>58</sup>, nascida no dia 19 de Novembro de 1941 é ex-professora do estado do Rio Grande do Sul. A deputada é Pedagoga e iniciou sua carreira como vice-prefeita de Três Passos, RS”. É uma parlamentar de carreira autônoma. Elegeu-se deputada estadual em 2006 pelo PSDB, com 25.106 votos e reeleita em 2010, sendo anteriormente prefeita de Três Passos. “Em 1996, foi eleita prefeita dessa cidade com 6.904 votos”. Foi reeleita para a prefeitura em 2000, quando teve 8.806 votos, derrotando o candidato Ido Rhoden do PTB. “Ocupou a liderança de bancada do seu partido na Assembleia Legislativa no ano de 2013 e continua no corrente ano. Ocupou, em outro período, o mesmo posto, durante o governo de Yeda Crusius. A ex-prefeita juntou sua sensibilidade de educadora com a experiência que acumulou quando foi diretora de escola<sup>59</sup>, secretária de educação,

---

<sup>58</sup> <http://deputadazila.com.br/blog>

<sup>59</sup> <http://deputadazila.com.br/blog>

de saúde e vice-prefeita do município de Três Passos, para propor um “novo” modelo de fazer política.

Em seus 08 anos como prefeita, introduziu uma gestão participativa com a comunidade, chamada a construir o plano de desenvolvimento do município”. “A trajetória política da deputada pode estar ligada ao seu papel como vice-prefeita e, especialmente, como Secretária da Educação e da Saúde, e ao reconhecimento eleitoral de seus mandatos como prefeita no momento em que instituiu uma gestão com a participação da comunidade, participação da prefeita com a sociedade civil que gerou proposições que a tornaram destaque no país como prefeita empreendedora.

Em 2007<sup>60</sup>, Zilá Breitenbach recebeu o Troféu Ana Terra, que premia mulheres que se destacaram na administração pública ou privada, em programas sociais e na promoção da cidadania na área social, em seu município, ou região. Ainda em 2007<sup>61</sup>, Zilá chegou ao parlamento gaúcho pelo PSDB pela primeira vez com 25.106 votos. Foi reeleita como deputada em 2010 para o segundo mandato na Assembleia Legislativa com 34.676 votos”. Conforme a parlamentar, “o deputado estadual deve agir como articulador de projetos e programas que visem a desenvolver os setores que representa”.

O primeiro projeto que a deputada levou para a apreciação da casa foi a declaração do Município de Três Passos como “Terra Sagrada dos bem-aventurados Mártires do Rio Grande do Sul Padre Manuel Gómez González e Coroinha Adílio Daronch”. Defendeu em seu projeto político a redução dos benefícios das grandes empresas. E nos pontos que continuou a defender, entendeu que a questão econômica do Rio Grande do Sul passava pela Assembleia Legislativa, pelos empresários e pelos trabalhadores. Em suas falas de tribuna, a deputada discutiu sobre problemas de gestão na grande e pesada máquina estatal, situação de estabilidade econômica no Brasil, área de preservação ambiental e sobre governo que honra compromissos. Da mesma forma que outras mulheres, a deputada construiu sua carreira política em um só partido e nele se mantém, com base eleitoral e municípios do interior do estado do RS. Comentou sobre o que chamou de brilhante trabalho do governo no que diz respeito à consulta popular. Outro assunto

---

<sup>60</sup> [www.deputadazila.com.br/blog](http://www.deputadazila.com.br/blog)

<sup>61</sup> <http://deputadazila.com.br/blog>

que a levou à tribuna foi o das cooperativas, mas antes registrou, já que na casa se falou em segurança pública, que foram investidos no ano de 2008, 29 milhões de reais do tesouro do Estado em segurança e mais 17 milhões de reais que estavam previstos no ano anterior e que ficaram pendentes em função de algumas licitações não resolvidas.

Sobre a temática mulher, a deputada falou que as mulheres do século XVII eram de espírito elevado e capacidade criativa, fez Homenagem à Governadora Yeda Crusius, pelo dia da mulher e disse que busca a cada dia pelo respeito e o direito à cidadania para as mulheres. Por um longo tempo a mulher foi representada dentro da sociedade a partir de estereótipos de um sujeito delicado, inocente e omissos. Assim, as pessoas começaram a acreditar que essas características eram, de fato, alguma característica inata a elas.

Porém, hoje compreendemos que se essas mulheres assumiram essa posição, não era em razão de alguma característica ser inata a elas, mas em razão de serem sim educadas para terem ações dessa maneira. Quando contextualizamos a história, a literatura e principalmente a ciência, podemos ver quase que o tempo todo o lugar onde a mulher não é inserida ou a inferioridade que a mulher assumia. Não podendo ser diferente, uma vez que até o século XIX a mulher não tinha o simples direito da educação das séries iniciais.

A partir do começo do movimento feminista no mesmo século iniciou-se a luta por uma inserção efetiva das mulheres dentro da sociedade. Cria-se, dessa forma, o sentimento de luta frente às organizações públicas em relação ao voto, a instrução educacional, a garantia do direito ao divórcio e ao trabalho assalariado fora da esfera privada. Em algumas falas, a deputada elogiou a governadora, por ter sido a primeira mulher eleita para governar o estado do RS e enalteceu as características da mulher na política. Entender os fatos que contribuíram de forma significativa para a ocupação de cadeiras e cargos importantes e majoritários como a governadora e a deputada é um importante começo para se alcançar a equidade de gêneros dentro da política. Através das informações já apresentadas, podemos verificar a importância de uma formação no ensino superior que auxilie na tomada de decisões de determinadas áreas, como a educação no caso de Zilá, já que quase todas as deputadas possuem elevada escolaridade e formação de nível superior em áreas afins às cadeiras ocupadas. Podemos entender que a formação em ensino superior

relacionada a uma trajetória política sólida é um fato indispensável para uma candidata que busca alcançar uma cadeira de comando no governo gaúcho.

De acordo com as informações que foram apresentadas sobre as falas das deputadas, é possível perceber novos sujeitos na política gaúcha. Como já dissemos, um sujeito novo na política é exatamente o feminismo ou, como afirma Alvarez (1998b), a área de ação ou atuação do movimento feminista.

Para Suárez (2000), a palavra gênero têm sido usada com o propósito de acabar com a construção da ligação entre as mulheres e a questão natural e que permite viabilizar de uma forma simbólica a igualdade entre homem e mulher.

De acordo com as falas, a exclusão que se refere às mulheres é ainda mais aparente. A utilização do conceito universal da masculinidade a partir de seu referencial genérico se torna ligado com o que ocorreu e o que ocorre como os sujeitos, como sendo realizações exclusivas dos homens (Suárez, 2000). Essa questão apresenta representações da sociedade que mostram os homens como uma norma e exemplo, permitindo as impossibilidades das outras contribuições, outras causas, outras necessidades ou as demais cenas (Suárez, 2000). Um fato que mostra isso é verificado na construção dos fenômenos identitários, dentre os quais muitas das mulheres se auto denominam como sendo “um profissional exemplar”, como um profissional da medicina capacitado, ou então como um educador excelente (LUNA, 2003).

É devido a essa “masculinização” que ocorre também nas profissões, que é preciso criar mais políticas para as mulheres (BANDEIRA, 2005). As políticas afirmativas de gênero causam consequências e envolvem não apenas a diferenciação dos fenômenos de socialização entre as mulheres e o masculino, mas implica, da mesma forma, na natureza dos conflitos e das intermediações que são produzidas nas relações entre os sujeitos, que se estabelecem entre o homem e a mulher e internamente entre o homem ou entre a mulher (BANDEIRA, 2005). Da mesma forma, envolvem a dimensão da subjetividade das mulheres que passa por uma construção da situação de sujeito. Ainda em suas falas, a parlamentar fez uma referência especial ao programa que o governo lançou, intitulado Mulher Gaúcha, o governo do estado está ao teu lado, que tem por objetivo apresentar o maior conjunto de ações pela autonomia e independência das mulheres da história do Rio Grande do Sul. Esse programa conta com 10 eixos temáticos. Muitas atividades

focadas especialmente nas mulheres foram debatidas. Dentro de um sistema inovador, a comunidade gaúcha, através de um postal pré-pago dos correios, pode enviar sugestões. Em relação aos projetos de lei, a deputada apresentou projeto para denominar o município de Três Passos como terra sagrada dos beatos mártires do Rio Grande do Sul Padre Manuel Gómes Gonzales e Coroinha Adilio Daronch, instituiu a semana e o dia estadual dos povos indígenas no Rio Grande do Sul e assegurou aos candidatos a concurso para cargo ou emprego no serviço público estadual, seguidores de denominação religiosa que guarda os sábados, o direito de realizar as provas em horário compatível com as normas que professam. Declarou o município de Mato Leitão como a “Cidade das Orquídeas”<sup>62</sup>. Instituiu a microrregião Celeiro para efeito do disposto no artigo 16 da constituição Estadual e instituiu na assembleia legislativa o evento “idoso- deputado por um dia” e criou a sessão plenária do idoso. Autorizou o Poder Executivo a abrir créditos especiais no Orçamento do Estado.

Sobre as mulheres, a deputada apresentou projeto para instituir o Dia Estadual em Comemoração à Lei Maria da Penha. Esse projeto visa conscientizar as mulheres, na tentativa de fazer legítimos os seus direitos e contribui para a formação de uma sociedade igualitária, com liberdade, justiça e solidariedade, valores que são previstos na Constituição. Este é o caráter dessa lei que foi submetida à apreciação e que foi aprovada em unanimidade, pela Comissão de Constituição e Justiça da ALERGS.

Consideramos esse projeto como pertencente à categoria do “discurso feminista”, porque a lei Maria da Penha, que foi sancionada em 2006, se tornou uma garantia a mais nos direitos das mulheres e de grande importância, em uma sociedade em que muitas mulheres já foram violentadas ou sofrem determinados tipos de violência, como a sexual, a doméstica, entre outras. A origem da Lei Maria da Penha- 11.240/2006-, possibilitou um entendimento perante o conceito daquilo que seria violência. Antes dessa lei, entendia-se por violência, somente agressões que permitissem marcas evidentes como manchas na pele ou feridas. Na Lei Maria da Penha, são definidas as diversas formas de se violentar uma mulher (caráter físico, sexual, psicológico, patrimonial ou moral). É, dessa forma, uma lei na qual o entendimento da violência refere-se à totalidade do que agride a integridade do

---

<sup>62</sup> <http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/>

sujeito. Podemos observar pelos projetos que a deputada não tenta se vincular a nenhuma representação de algum grupo ou tema.

Trata de questões de interesse geral da população. A deputada não possui perfil crítico em suas falas e sim de consenso e construção. Tenta, como deputada, encontrar soluções. Delega também para a família gaúcha as questões que são de responsabilidade principal do governo, como a violência. Podemos observar também que essa deputada, como a maioria das parlamentares, não está associada ao estereótipo de que a mulher põe em prática uma “política do cuidado” que, na visão de Pinto e Moritz (2009), denota uma concepção conservadora, na qual as mulheres, mesmo na política, teriam o conhecimento de qual é seu papel social.

Ou então, pelo contrário, elas deveriam ser relevantes porque buscam garantir “interesses de mulheres”, batalham por seus direitos específicos. Entretanto, se não há uma luta emancipatória dentro e fora do parlamento, as falas de tribuna não têm legitimidade e aplicabilidade, pois é com a luta política que é gerada uma fala feminista. A análise dos dados dessa pesquisa nos permite concluir que existe um grande caminho a percorrer para que possamos atingir uma esfera política em que haja determinada abrangência da participação e representação política mais equânime da mulher no cenário político. Essa abrangência do espaço da política às mulheres deve ocorrer não porque essas fazem ou devam fazer diferença, mas fundamentalmente porque o sistema democrático indica o pluralismo de pensamentos, princípios e que os diferentes movimentos sociais estejam sendo representados politicamente. E, para isso, é necessário que a política seja formada por um espaço em que homens e mulheres atuem de forma mais equilibrada e menos desigual.

Para que haja uma maior abrangência, é necessária a aplicação das políticas públicas para as mulheres (BANDEIRA, 2005). Uma outra questão necessária é fazer com que fique conhecida e consolidada a produção de estudos e relatórios sobre a intersecção do conceito gênero nos mais diversos campos do governo. A mulher está sub-representada nas camadas mais altas da sociedade e dentro das esferas do poder político (AVELAR, 2001). Os fenômenos pelos quais a falta de igualdade de gênero se constitui na sociedade dependem de um maior número de instituições, e também de várias ações de planejamento que, aparentemente,

dirigem-se para a luta em relação às diferentes maneiras de exclusão e desigualdade em cada sociedade (BANDEIRA, 2005).

Os discursos que permanecem enfatizando a importância da presença feminina na política precisam ser justificados a todo o momento, devido à pequena participação das mulheres no parlamento e devido ao patriarcalismo. Pode-se afirmar que toda a construção da trajetória política das mulheres no Brasil na busca da própria cidadania plena foi demarcada por uma vivência com modelos, estereótipos, imagens e experiências que, de certa forma, formalizaram tudo o que podemos identificar em relação à imagem das mulheres na política.

As causas feministas devem ser entendidas através de uma análise mais robusta da sociedade, do ponto de vista da interação das suas relações que determinam as articulações. O feminismo vem fazendo isso de acordo com as condições presentes dentro da continuação atual do tempo social, em caminhos teóricos que derivam da dinâmica do social, e que têm revertido em pensamento crítico e atitudes sobre a própria história dos movimentos, que se veio rendendo para as evidências daquilo que o mantém coeso e daquilo que deve segmentá-lo, e pelo menos as discute (MOTTA, 2002). Para Pinto (2004), a questão do discurso feminista permeia o enfrentamento de conflitos para a igualdade de direitos.

É um discurso que não tem tipo ideal, que se utiliza de vários campos de conhecimentos a fim de expor as contradições daqueles discursos hegemônicos em relação à questão da sexualidade, identidades, políticas públicas, etc. De acordo com Carlotto (2004), o discurso feminista trata da importância da participação dentro da perspectiva de gênero nas proposições para políticas públicas, apresentando várias críticas a diversas dessas proposições, dentre elas, as que propõem o combate à pobreza.

Fala também das concepções de equidade, direitos dos cidadãos, direitos numa visão emancipatória para as mulheres e a luta pela promoção das mulheres em todas as esferas da sociedade civil. Segundo Oliveira e Marcondes (2004), o ideário feminino corresponde aos temas relacionados com formação escolar e profissional, escolhas amorosas e filhos, que se tornaram três elementos importantes dos projetos das mulheres. O investimento que as mulheres têm que fazer nas carreiras é parte central da busca pela própria autonomia pessoal, elemento relevante dentro do ideário feminino e dos homens de camadas médias no

movimento feminista. Percebemos, na história de vida das deputadas e em suas falas de tribuna, que elas, assim como muitas mulheres, não deixam de lado os lugares que lhes são dados através dos sistemas de sexo-gênero, inserindo o papel de mãe como experiência inigualável. Coincidir essas duas demandas na vivência e no tempo são debates para reflexão feminina, rodeada de ambigüidades. Para além disso, as mulheres jovens decidem rapidamente seus projetos autônomos e examinam suas alternativas amorosas e sexuais tendo por base o ideário de autonomia (OLIVEIRA E MARCONDES, 2004). De certa maneira, o mesmo acontece com mulheres de mais idade que passaram pela experiência do casamento e do divórcio. No final, todas as gerações de mulheres estudadas contabilizam ganhos e ônus. As mulheres mais novas lançam mão de um ideário, de vivências das gerações mais velhas e da própria leitura do mundo em que vivenciam para modelar um estilo de viver que evidencia as experimentações possíveis em um contexto de princípios e expectativas assim construído. Nas falas de tribuna das deputadas, buscamos encontrar elementos no que chamamos de ideário feminino, quando discutem sobre o seu papel na relação de gênero.

O Brasil se encaminha para um sistema mais democrático e pode no futuro ser modelo de democracia para muitos países, se houver nesse sistema democracia política e representação de todas as esferas da sociedade. Para que haja mais representação política, é necessário que haja uma governança participativa. Temos uma trajetória recente do Brasil na relação estado, desenvolvimento e participação. Por motivos óbvios, como a ditadura militar e todo o processo anterior à redemocratização, digamos assim. Nós entendemos que isso influencia uma parte do trabalho, porque as falas na tribuna e os projetos de lei em grande medida foram realizados de acordo com o contexto social, cultural, econômico e político no qual as deputadas estavam inseridas de acordo com cada mandato. Entendemos que as mulheres estão representando mais pela via não eleitoral, pois no período analisado, temos um número pequeno de deputadas, que não seriam representantes de nenhuma esfera da sociedade, caso a representação política fosse medida somente pelo número de mulheres eleitas no período. Se quisermos que a Lei de Cotas possa de fato propiciar uma maior inclusão das mulheres na política e que haja uma maior representação das deputadas é necessário que haja democracia. Parte-se aqui de uma noção básica e geral da democracia, mas não se utiliza uma ideia

taxativa e inflexível.

A representação política dentro da democracia está ligada ao processo de controladores e controlados (Sartori, 1962). Aqui temos a população como controladora e as deputadas como controladas. É dentro desse processo de participação e gênero que podemos também investigar se de fato existe representação política das deputadas. Temos aqui a questão do mandato representativo dentro da Assembleia e na sociedade. E a distribuição das mulheres dentro do parlamento (Sow, 2010).

Inserido nessa distribuição, encontramos o “estilo feminino” de fazer política. Verificamos nas falas das mulheres, um debate sobre as relações da questão de gênero e a condição das mulheres (RABAY, 2008). As sessões plenárias da 52ª Legislatura foram encontros importantes, pois ajudaram as deputadas no processo em busca de se tornarem lideranças políticas.

Foram importantes também, porque a grande falta de representação ou a sub-representação das mulheres dentro das posições de poder é devida, em larga medida, à relação entre o feminino e o espaço privado, e entre o masculino e o espaço do cenário da política, o espaço da disputa e da liderança para o uso dos recursos de cada país (NOGUEIRA, 2006). Talvez as mulheres não sejam representadas nos projetos devido ao baixo número de mulheres no parlamento.

Nos debates da atualidade em relação às causas que condicionam a qualidade dos sistemas democráticos contemporâneos, determinados autores têm chamado a atenção sobre a discussão da baixa representação política da mulher, como Norris (2011). Em defesa da importância de fatores da cultura na explicação da baixa representação feminina dentro dos regimes democráticos atuais, um influente grupo de estudiosos das Ciências Sociais vem dizendo, entretanto, que este cenário vem sofrendo relevantes mudanças nos últimos ‘anos.

Esse grupo, dedicado aos chamados “estudos de mudança cultural em perspectiva comparada”, vem mostrando evidências empíricas de determinada mudança nas disposições dos sujeitos das chamadas sociedades pós-industriais em relação à equidade de gênero, causando elementos positivos sobre as instituições (INGLEHART e WELZEL, 2005; INGLEHART e NORRIS, 2003). A não inserção da mulher dentro da administração pública e da representação política não significa que elas não estiveram presentes no jogo da política. No processo eleitoral de 2010 um

pouco mais de 200 mulheres apresentaram-se na disputa para os cargos majoritário e proporcional no estado<sup>63</sup>. Em que pese o fato de ter tido aumento nas candidaturas femininas para o congresso e para a ALERGS, comparado à eleição de 2006, o sexo feminino não atingiu a cota mínima de 30% exigida na lei. O que explica a relação entre a democracia e a representação é que dentro da democracia os governos se tornam representativos porque são eleitos - se as eleições se tornam competitivas livremente, se o processo de inclusão é amplo, e se os eleitores desfrutam das liberdades políticas, então os governantes terão ações em favor do interesse geral (MANIN, PRZEWORSKI e SUSAN, 2006). Na representação por mandato o processo de eleição serve para escolher boas políticas ou cidadãos que se candidatam que sustentam determinadas políticas. Esse tipo de representação política nos motiva na busca de uma análise sobre o que as deputadas falam e o que elas apresentam efetivamente, ou o que elas representam.

Porém, representação e política são termos que trazem ideias que se contrapõem. De um lado, representação atua como um termo operacional em um processo político que tem a pretensão de ampliar a imagem e a legitimidade da mulher sendo reconhecida como sujeito na política. Por outro lado, a representação é uma ação normativa de uma linguagem que, ao que nos parece, mostra ou subverte o que se considera verdadeiro acerca das categorias “Ideário Feminino” e “Discurso Feminista” dentro das práticas e das falas das mulheres.

Nos estudos feministas, tem sido necessário o desenvolvimento de uma linguagem que represente a mulher de uma forma coerente e completa a fim de promover sua imagem na política. Evidentemente, esse desenvolvimento vem sendo extremamente importante, tendo em consideração a situação da cultura existente, na qual a vida das mulheres se representa fora do parâmetro ideal ou não se representa em sua totalidade.

Para Butler (1999), atualmente, esta concepção legitimada em relação à interação entre teoria feminista e a política tem colocado em juízo o discurso feminista. Os espaços de representação linguística e política conceituaram o critério mediante o qual são formados os sujeitos e, conseqüentemente, a representação é ampliada unicamente a quem, ou o que pode identificar-se como um sujeito. Nesses

---

<sup>63</sup> É fundamental destacar o crescimento no número de candidaturas femininas no estado. O número de candidaturas de mulheres para o cargo de deputada estadual foi de 13,8% no pleito de 2006 e em 2010 esse número foi maior: 24,2%. Fonte: TRE/RS.

espaços de representação, é necessário afirmar e efetivar as cotas para as mulheres. Mas a Lei de Cotas para a representação não se limita ao efeito emblemático. O resultado que se espera é a ampliação da inserção das minorias-mulher, nesse caso- em condições de poder nas instituições (ou seja, na redistribuição do poder político efetivo).

Da maneira como se encontra posto, o debate se torna deslocado. Ele desconhece um efeito relevante, que é disponibilizar encorajamento aos partidos visando a busca da ampliação de capital político das mulheres. Dessa forma, as mulheres precisam estar inseridas de uma maneira que essa ampliação seja um elemento do debate e das demandas na política.

E estar inserida significa representar. Porém, para ser representante é preciso agir, conforme Pitkin (1985). Representação tem o sentido de agir no interesse dos representados, de maneira responsiva aos representados. Aquilo que confere representação é a condição de responsividade. É garantida num processo permanente, que depende de alguns elementos- não muito especificados- de responsabilidade ao eleitorado (PHILLIPS, 2001).

A ideia de que representação política justa remete à representação com proporcionalidade de acordo com características sociais tais como etnicidade ou questão de gênero é contraditória, e de fato é, de várias formas, mais controversa do que os adeptos dessa ideia gostam de indicar. E, assim que for apresentado determinado elenco simples de mudanças que possibilite mais mulheres ou mais sujeitos de minorias étnicas a se mostrarem como candidatos políticos, boa parte dos políticos e das políticas bem-intencionadas dará seu apoio com toda a certeza.

Porém, não estamos pressupondo equivocadamente que as mulheres devem se identificar ou representar as mulheres pela simples identificação de gênero. De qualquer forma, para todo o tipo de ação é preciso levar em consideração o grau em que a categoria gênero manipula ou é influenciada através desta característica multifacetada do cenário político e quais cenários organizacionais políticos tendem a ser mais democráticos e defendem critérios mais justos da representação política.

#### **4. NÃO BASTA SER MULHER. TEM QUE REPRESENTAR. UMA ANÁLISE DOS DADOS DOS PROJETOS DE LEI E DAS FALAS DE TRIBUNA DAS DEPUTADAS ESTADUAIS DO RS.**

Após falarmos no decorrer da pesquisa sobre as teorias de representação, queremos mostrar e analisar os dados que encontramos em nossa pesquisa, a partir do estudo das falas de tribuna e dos projetos de lei. Antes disso, queremos apresentar nossa metodologia. O período escolhido de estudo para esta dissertação, entre 2007 a 2011, é marcado por um relevante momento da história da política gaúcha e brasileira.

Passamos pela transição do governo do estado do Rio Grande do Sul do partido do PSDB para o PT. Em 2006, tivemos a primeira governadora eleita, Yeda Crusius. Apesar de ser a primeira mulher a governar o nosso estado, a governadora não vinculou seus projetos e falas às temáticas da mulher e seu governo foi marcado por crises e polêmicas na economia, a sua área de formação acadêmica. No ano de 2010, o PT voltou a comandar o estado e o país, com a eleição do Governador Tarso e da Presidenta Dilma, eleita a primeira presidenta do Brasil. O processo de desenvolvimento desta pesquisa se deu em dois momentos. O quantitativo, em que foram analisados dados secundários disponíveis na Assembleia Legislativa e no Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. E o momento qualitativo, em que a coleta e análise dos dados nos permitiu a criação de uma dicotomia para categorias, denominadas de Discurso Feminista e Ideário Feminino, e que foram definidas de acordo com as falas de tribuna e dos projetos das deputadas que ocuparam as cadeiras da ALERGS, entre 2007 a 2011.

A transformação dos dados coletados, quando esses encontram-se no estado bruto, em dados que resultam em pesquisa, envolve o uso de determinados procedimentos em busca da sistematização, da categorização e de tornar possível uma análise de conteúdo por parte de um pesquisador. Para Minayo (2000), os pesquisadores tendem a encontrar três grandes problemas no momento em que partem em busca da análise dos dados recolhidos no campo. O primeiro obstáculo é a ilusão da transparência. O segundo é deixar-se levar pela magia dos métodos e das técnicas. E o terceiro obstáculo é a dificuldade de se juntarem teorias e conceitos muito abstratos com os dados recolhidos no campo. Para a seleção dos

materiais, dividimos todas as falas de tribuna e projetos de lei da 52ª Legislatura em dados que mostravam diversos temas e os dados que se referiam à temática sobre a mulher. Após essa separação, separamos os temas por categorias, até chegarmos em duas grandes classificações: Ideário Feminino e Discurso Feminista.

Através da análise das categorias que nós criamos, tentaremos compreender a totalidade do fenômeno. A interpretação da análise de conteúdo será qualitativa. A Análise de Conteúdo vem sendo bastante utilizada dentro da análise de falas nas ciências humanas e sociais. A definição de Análise de Conteúdo para Bardin (1979) abrange as ações de explicitação, de sistematizar e de expressar o conteúdo de mensagens. Trabalharemos com o conteúdo, esperando compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto.

No primeiro momento coletaram-se dados provenientes da base da ALERGS ou de outras coletas de dados de documentos importantes para a criação do perfil das deputadas, voltado para as suas ações no parlamento, através de suas falas da tribuna e a criação dos projetos de lei e também do perfil pessoal de cada uma das 07 deputadas, com interesse em especial voltado para suas ações políticas dentro da Casa.

Em relação à atuação dentro da Casa Legislativa, empreendeu-se coleta e pesquisa de toda a criação no legislativo, em termos de falas de tribuna e projetos de lei, sendo aprovados ou não, de iniciativa das parlamentares eleitas entre o período de 2007 a 2011. O que entendemos por criação no legislativo é a criação de projetos que colocavam em prática a ação do legislativo da ALERGS, a saber, os projetos de lei, emendas ou proposições.

Para trazer nossas contribuições a partir das informações da coleta de dados através da ALERGS e como forma de corroboração das análises realizadas, o segundo momento do estudo remeteu-se a uma fase qualitativa, onde criamos categorias através de todas as falas de tribuna e dos projetos de lei do período em questão. Utilizamos os dados da Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, do Memorial do Legislativo e das seções legislativas. Através desta documentação, foi possível analisar os discursos e projetos apresentados pelas deputadas estaduais, em todos os anos correspondentes à 52ª Legislatura com a presença feminina. Faremos a compilação dos dados, através do levantamento de documentos dos Anais da Assembleia Legislativa do RS, a partir de

2007 até 2011, e dos projetos de lei do mesmo período, para podermos realizar o tratamento dos dados, com a análise dos mesmos no capítulo 3. Em seguida, verificaremos a coerência entre as falas de tribuna e as propostas que são colocadas em pauta para votação pelas Deputadas. Verificaremos também se as falas são voltadas para a questão da mulher dentro do espaço privado e público.

As falas das deputadas sobre gênero, que se referem a uma visão diferenciada das atuações de mulheres e de homens na esfera econômica, política e social, de acordo com Mariucci e Castilho (2011), trataram a respeito de educação, defesa dos valores da família, questões do legislativo, trabalho das Defensoras Públicas, previdência social e trabalho, projetos de Organizações Não Governamentais sobre o diagnóstico e luta contra o Câncer de Mama, segurança pública e violência, saúde, assistência social, homenagens à mulher gaúcha que querem um estado e um país mais justo, política, luta das mulheres que vivem no Brasil e querem um país mais igualitário, planejamento familiar, economia.

Após a análise do breve histórico da trajetória política das parlamentares, e das observações que foram feitas, é preciso entender a representação política além do gênero. Para Butler (2008), é necessária essa discussão, pois os gêneros não devem ser observados e buscados enquanto criação e/ou um fato da sexualidade-gênero feminino ou gênero masculino- mas, enquanto tentativas políticas definidas como origem e consequências da naturalização das categorias de identificação dos homens e das mulheres. Essa discussão deve ser analisada sob a ótica do patriarcalismo. A sociedade civil do patriarcalismo está dividida em duas partes, mas a história do contrato social apenas se refere a uma delas, a esfera pública, a da liberdade civil. A outra, da esfera privada, para Pateman (1993, p. 18): “[...] não é vista como politicamente relevante”. Segundo a autora:

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal (PATEMAM, 1993, p.17).

Deram adjetivos para a mulher como: verdadeira, audaciosa, corajosa e sensível, participação política das mulheres no parlamento e fora dele, a participação da mulher na vida social, promoção da mulher, mães solteiras, consciência sobre os problemas do estado e da pátria, entre outros. Essa participação na sociedade e na política pode ser explicada através do processo cultural e das visões sobre o conceito de gênero.

Separamos os projetos e os pronunciamentos por categorias e dividimos em áreas, como social, saúde, educação e outros. Mas citamos apenas alguns que consideramos mais utilizados pelas deputadas e dividimos as falas em projetos em uma coluna chamada Outros Assuntos, onde estão englobados todas as falas e projetos que não tratam sobre os temas das mulheres. Nas outras duas colunas, citamos os projetos e falas que tratam sobre o Ideário Feminino e o Discurso Feminista. Distinguimos nos quadros abaixo as categorias que criamos para a análise das falas e dos projetos. Para isto, faz-se importante mostrar e lembrar a diferença entre essas categorias. Entendemos que um discurso que apresente o ideário feminino traz em seus elementos a questão da mulher como mãe, cuidadora do lar e dos filhos, que entra para a política para mostrar que além de todas as suas atividades privadas pode também ser uma representante na política e atuar em prol da sociedade. O Ideário Feminino está associado à ideia de uma concepção conservadora sobre a mulher. Trata dos temas voltados à questão da vida privada, da saúde feminina, da mulher como educadora e assistencialista, e das homenagens em geral às mulheres.

São as falas e os projetos com temas sobre a família. O Ideário Feminino traz em seu conceito uma ideia do que é ser “boa mãe e boa esposa”. O conceito de Discurso Feminista se refere à luta pela igualdade de direitos e autonomia das mulheres, tanto na esfera privada, quanto na pública. Trata do direito a ter educação em todos os níveis de acesso, direitos reprodutivos e a participação política.

Criamos essa distinção entre as duas falas, que são analisadas nos pronunciamentos de tribuna das deputadas, porque julgamos haver diferenças cruciais entre os dois, levando em consideração que o Discurso Feminista carrega consigo uma ideologia política de reflexão e de transformação. Essas duas categorias estruturam o nosso trabalho. As parlamentares fizeram o uso da tribuna

104 vezes, e apresentaram 43 projetos, conforme dados abaixo:

### Falas de Tribuna e Projetos de Lei das Deputadas Estaduais do RS - 2007 a 2011.

#### Falas e Projetos da Categoria Ideário Feminino e Discurso Feminista:

Deputada	Falas	Projetos	Ideário Feminino (Falas)	Ideário Feminino (Projetos)	Discurso Feminista (Falas)	Discurso Feminista (Projetos)
Stela Farias (PT)	27	08	7,4%	3,7%	3,7%	3,7%
Silvana Covatti (PP)	08	07	50%	0%	37,5%	0%
Zilá Breitenbach (PSDB)	29	17	3,4%	0%	6,8%	3,4%
Leila Fetter (PP)	10	01	10%	0%	10%	10%
Marisa Formolo (PT)	24	08	0%	0%	8,3%	8,3%
Kelly Moraes (PTB)	06	02	16,6%	0%	0%	0%
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>43</b>	<b>87,4%</b>	<b>3,7%</b>	<b>66,3%</b>	<b>25,4%</b>

Fonte: SILVEIRA, L. B. (2014)<sup>64</sup>

Como a proporção das mulheres no legislativo é desigual, quando comparada à participação dos homens, buscamos observar a questão sobre o poder político feminino através dos pronunciamentos e das trajetórias das deputadas na política através de um elemento de partida, considerando a criação das categorias. As deputadas fizeram 104 pronunciamentos sobre assuntos gerais. Nessas falas, as parlamentares não se dirigiram às temáticas das mulheres, o que torna o debate sobre a igualdade de gênero um tema crítico e pouco discutido. Além da discussão por parte das deputadas, elas também necessitam de apoio em relação à influência no tipo de políticas afirmativas implantadas bem como para exigir do governo e de outras forças políticas a legitimidade de suas promessas de ajuda às mulheres no cenário político. Uma dessas forças políticas é o movimento feminista, pois o

<sup>64</sup> O número de falas e de projetos foram retirados do site: [www.al.rs.gov.br](http://www.al.rs.gov.br).

feminismo trata também de conceitos de ação coletiva e direta, em relação à negação da representação por delegação e mantém grupos com as diferentes faces do movimento (SOARES, 1998). A partir da criação e divisão das categorias de acordo com as falas, identificamos 09 pronunciamentos e 01 projeto, que tratavam sobre o Ideário Feminino. Definimos as falas como pertencentes a essa categoria, porque as deputadas se pronunciaram sobre dados que contemplam o nível de emprego das mulheres, a taxa de participação em relação à População Economicamente ativa, a taxa de desemprego, a participação feminina por setor de atividade, o rendimento médio real das mulheres ocupadas e o total de rendimentos das mulheres ocupadas e porque em seus discursos, as parlamentares tendem a falar para a mulher, sobretudo, como mães e como cuidadoras, e não como sujeitos políticos.

Em relação à categoria Discurso Feminista, identificamos 09 falas e 05 projetos que tratavam sobre a 3ª conferência estadual de políticas públicas para as mulheres, projetos de lei destinados à implementação de políticas públicas específicas para as mulheres e pronunciamentos sobre a questão de que o sujeito na história não é mais o de apenas uma figura universal, onde temos o sexo masculino como o protagonista.

Essas falas e projetos se preocupam com a vertente dos movimentos de mulheres organizados com vistas à conquista da cidadania, afirmando sempre a importância de garantir direitos iguais e nesse caso, a igualdade entre os sexos em todas as esferas da vida pública e política. Identificadas as falas e projetos sobre o Ideário Feminino e o Discurso Feminista, verificaremos, a seguir, o que as deputadas falam e apresentam sobre as mulheres e o feminismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este trabalho procurou-se estabelecer um perfil das deputadas que ocuparam cadeiras dentro da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul entre 2007 e 2011, em especial ao que se refere às suas ações políticas e aos projetos colocados em pauta. Na tribuna, as deputadas têm uma concepção de uma política que deve ser voltada para a mulher, na busca da superação da desigualdade e de uma maior participação feminina, mas a práxis não demonstra ações efetivas para as mulheres. Com este trabalho apresentamos determinadas características da participação na política das deputadas estaduais do estado entre 2007 a 2011, na intenção de entender se as parlamentares trouxeram temas relativos à problemática das questões de gênero e queríamos verificar se as falas tinham coerência com as proposições encaminhadas. As deputadas fizeram o uso da tribuna 104 vezes, e apresentaram 43 projetos. Devido à desigual proporção das mulheres no legislativo, quando comparada à participação dos homens, buscamos observar a questão sobre o poder político feminino através dos pronunciamentos e das trajetórias das deputadas na política através de um elemento de partida, considerando a criação das categorias.

As parlamentares fizeram 104 pronunciamentos sobre assuntos gerais. Nesses pronunciamentos, as parlamentares não se dirigiram às temáticas das mulheres, o que torna o debate sobre a igualdade de gênero um tema crítico e pouco discutido. Nesse caso, a competência dos grupos de mulheres para se engajar em canais de acesso e construir alianças com distintos agentes políticos deve ser fortalecida.

Analizamos os pronunciamentos e os projetos das deputadas, e separamos aqueles que tratavam especificamente sobre temas em relação às mulheres. A partir dessa separação, criamos duas categorias para definirmos as falas e projetos: O Ideário Feminino e o Discurso Feminista. Essa distinção foi criada entre as falas e os projetos, e são analisadas nos pronunciamentos de tribuna das deputadas, porque julgamos haver diferenças cruciais entre as duas categorias, levando em consideração que o Discurso Feminista carrega consigo uma ideologia política de reflexão e de transformação. A análise das falas de tribuna foi feita de modo a identificar a presença das categorias relacionadas, seja ao Ideário Feminino (como

acompanhante de parturiente, aposentadoria para a dona-de-casa, aleitamento materno, insatisfação das donas-de-casa, mulher grávida, etc.), seja ao Discurso Feminista (como conselho estadual, combate a mortalidade materna e mulher como liderança partidária, etc.) e relacioná-los ao teor das ações das deputadas.

Queremos deixar claro que as falas e projetos que foram definidos como pertencentes ao Ideário Feminino não são temas que são deixados de lado pelas feministas ou que elas não sejam favoráveis a essas temáticas. As categorias foram criadas pensando nas falas conservadoras para o Ideário Feminino e nos pronunciamentos mais autônomos e políticos para o Discurso Feminista. Os conteúdos das ações serão trabalhados de modo a compor um quadro elucidativo. Nesse quadro, verificaremos brevemente, e de forma simples, quantas falas e projetos foram realizados pelas deputadas, e quantos deles são de temas gerais e de temas voltados para as mulheres.

Finalmente, após a criação e análise das categorias e dos documentos, poderemos identificar quem e o que as deputadas estaduais do RS representam. Faremos uma pequena análise de cada deputada, para entendermos a sua atuação nas sessões plenárias. Ao longo do mandato, as parlamentares falaram de vários assuntos, em âmbitos diferentes. Realizamos um estudo aprofundado de cada uma das falas, e entendemos que todas as vezes que assomaram a tribuna, tiveram a intenção de tratarem de assuntos importantes para o momento. Porém, escolhemos os temas que foram mais citados pelas deputadas e que nos pareceram mais consistentes para a análise da representação.

Esta escolha pretende debater a representação política das deputadas gaúchas em relação às mulheres, de acordo com a verificação das representações da situação feminina nas falas proferidas no plenário da Assembleia Legislativa durante as sessões dedicadas aos temas sobre as mulheres. Nessas falas incluímos também, os Grandes Expedientes sobre o Dia Internacional da Mulher entre 2007 a 2011. Assim, faremos um breve resumo dos temas gerais e trataremos mais especificamente sobre as pautas das mulheres. Especificaremos as áreas tratadas por cada deputada. Naquilo que se refere à pronunciamentos de temas gerais de todas as parlamentares, temos como objeto de pauta das deputadas temas como, por exemplo, cidades periféricas do estado, segurança pública e violência, economia, jovens infratores, patrimônio cultural, denúncias contra o Banrisul,

assistência social, educação, denúncias contra o vice-governador Paulo Feijó, questões do legislativo, entre outros. As categorias escolhidas estruturaram o nosso trabalho. Ao analisarmos as falas e os projetos que tratavam sobre a temática das mulheres, levamos em consideração, além das categorias, a história de vida das deputadas no cenário político, porque entendemos que a trajetória das mulheres na política deve ser vista como um processo e não apenas como um momento que começa e tem fim através de uma proposta política ou ciclo eleitoral. Observamos que as deputadas, em sua maioria, não têm o propósito ou a intenção de representarem as mulheres como bandeira principal na tribuna, embora façam algumas referências aos temas que são discutidos nas categorias Ideário Feminino e Discurso Feminista. Conforme a criação e divisão das categorias de acordo com as falas, identificamos 09 pronunciamentos e 01 projeto, que tratavam sobre o Ideário Feminino. Entendemos as falas como pertencentes a essa categoria, porque as deputadas se pronunciaram sobre dados que contemplam o nível de emprego das mulheres, a taxa de participação em relação à População Economicamente Ativa, a taxa de desemprego, etc.

Também definimos as falas e os projetos pertencentes a essa categoria, devido às parlamentares falarem para a mulher como mães e como cuidadoras e não como sujeitos políticos. Sobre a categoria Discurso Feminista, identificamos 09 falas e 05 projetos que tratavam sobre conferências estaduais de políticas públicas para as mulheres, projetos de lei destinados à implementação de políticas públicas específicas para as mulheres e pronunciamentos sobre a questão de que o sujeito na história não é mais o de apenas uma figura universal, onde temos o sexo masculino como o protagonista.

Após definirmos os pronunciamentos, os projetos e as categorias que iriam estruturar nosso trabalho, entendemos que seria preciso dar ênfase ao cenário de atuação das deputadas- o cenário político. Nesse contexto, buscamos entender a questão das deputadas na visão parlamentar do Rio Grande do Sul. Buscamos entender também o que as mulheres estavam querendo manifestar em seus pronunciamentos. A questão da “sensibilidade” das deputadas, em muitas vezes, se expressa nos pronunciamentos das políticas como se fosse alguma coisa mágica, pertinente somente ao universo feminino, alguma coisa a que os parlamentares não teriam acesso.

Não podemos negar que muitas parlamentares possuem um maior cuidado em relação a projetos na chamada área social (GROSSI E MIGUEL, 184). As deputadas também fazem projetos dentro da área da economia. Esses projetos estão diretamente ligados ao social. Em vários pronunciamentos, há o reconhecimento de que existiria certa política feita pelo gênero feminino, uma ação política conhecida por uma visão singular das mulheres.

Não há deputado mais competente que a mulher para se movimentar neste espaço da área social. As parlamentares se veem na “obrigação” de dedicar algumas de suas falas para as mulheres, já que elas também fazem parte de uma sociedade desigual. Uma temática recorrente nos pronunciamentos das parlamentares é o reconhecimento da sensibilidade como uma qualidade das mulheres (GROSSI E MIGUEL, 186). Atualmente esse perfil, que hoje tem a participação também das parlamentares, que é um sujeito sensível e tem a ética da preocupação pelo próximo, fez com que a postura dos políticos se adequasse no exercício do poder.

Para concluir, utilizamos outra forma de categorizar as falas e os projetos, com base na criação de Pinheiro (2010). Entre os temas que não se enquadram dentro da maior categoria, denominada de “Outros assuntos”, encontram-se vários temas, que envolvem áreas estereotipicamente apresentadas como sendo do sexo masculino, em especial questionamentos que se referem à ordem econômica, da gestão pública e de relações internacionais.

As mulheres são vistas como agentes de determinada política de manifestação de estima e carinho oposta à ideia de política de interesses porque é peculiaridade da mulher preocupar-se mais com os sujeitos que a cercam do que com a sua própria preocupação, que é a condição da mulher na sociedade. Está subjetivamente ligada a este argumento, uma rejeição do direito da mulher a possuir vontades que ela tem (uma negação que foi imposta pela sociedade do patriarcalismo, emblematicamente no personagem da mãe que se consagra pelos filhos, e que esta atual linha da política feminista adota e exalta). Em relação ao aspecto dos temas, a marca da ação das mulheres na política tem a possibilidade de ser constatada mais aparentemente, através da presença em Comissões parlamentares e pela natureza de todas as proposições de lei apresentadas na Assembleia Legislativa.

Acreditamos que é a cultura política da sociedade patriarcal, que faz com que as deputadas se voltem para questões da área social e assistencial, pois essas demandas sempre foram atribuídas às mulheres. Dentro dos textos das propostas do legislativo das deputadas é que se concentra uma grande parte do debate sobre a sua atuação dentro do legislativo.

A inserção das vozes das parlamentares (e de outros grupos excluídos da política) no debate público significa, então, um passo no sentido da realização do regime democrático, entendida no seu sentido de autonomia, isto é, permite que os cidadãos e cidadãs tenham claras, eles mesmos, as leis que regerão a sua vida em sociedade. Verificamos que, entre os temas que não se enquadram em boa parte da categoria de “área social”, encontram-se vários que são usualmente assuntos estereotipicamente tratados como sendo masculinos e, em especial assuntos da ordem econômica, da gestão pública e de relações internacionais (PINHEIRO, 2010). Dessa forma, as mulheres estariam eternamente responsáveis por tratar de assuntos relacionados à esfera pública ou privada, enquanto ao sexo masculino caberia os assuntos que usualmente envolvem grande parte do “status”, a saber, os assuntos de economia, de infraestrutura e tecnológicos.

Além disso, isso significa deixar para um grupo que é excluído na história das esferas de ações decisórias e poder a responsabilidade exclusiva da mudança de sua situação na sociedade, por meio da apresentação das proposições e da participação em temas ligados aos direitos das mulheres e aos direitos sociais em caráter maior (PINHEIRO, 2010). Assim, é importante falar que a capacidade da deputada para representar as mulheres e defender os próprios interesses depende ainda mais de suas ideias do que de gênero.

Tem, dessa forma, espaço para mudanças. Essa preocupação com os temas da economia demonstra ser, ao menos em parte, resultado das mudanças que a sociedade civil do Brasil tem experimentado e que vêm balançando as estruturas que durante muito tempo mantiveram longe os espaços dos homens e das mulheres. A análise de dados realizada através dessa pesquisa permite entender que, no Rio Grande do Sul, as mulheres ainda continuam sub-representadas dentro do cenário político.

Esse cenário, inclusive, é coerente com os resultados mostrados em âmbito nacional e através da bibliografia internacional. A exclusão das mulheres da esfera

pública e da representação na política não significa que elas estiveram ausentes do cenário da política. Antes e depois de garantirem o direito ao voto, as mulheres sempre estiveram presentes nos bastidores, apoiando o sexo masculino na organização do sistema partidário, comitês e campanhas eleitorais, assim como nos movimentos de rua (RABAY e CARVALHO, 2011). Na representação do legislativo e do executivo é que sua participação é nova.

É essa representação que procuramos analisar e que pretendemos continuar trabalhando em um próximo estudo, levando em consideração que os conceitos de representação na política dentro de sistemas democráticos possuem várias significações. Como já dissemos, a Jorge e Filho (2009) entendem que a representação na política e a democracia se tornaram assuntos polissêmicos e essa questão não é novidade. Vamos continuar nossa pesquisa em futuros estudos, buscando entender a representação política no parlamento e a relação entre a teoria democrática e a teoria feminista.

A baixa representação das mulheres pode ser vista na sua precária participação política, que é verificada através de dados estatísticos, além da questão das cotas. De acordo com Phillips (1991), a sub-representação das mulheres na política tem que ser entendida conforme uma perspectiva que apresenta várias causas, na medida em que fenômenos de socialização e de constrangimentos das culturas caminham lado a lado com os fenômenos e constrangimentos políticos e institucionais, como processos de eleições, conformação dos sistemas partidários, legislação, etc.

Assim, a baixa participação da mulher no cenário político não está limitada à política gaúcha. Apesar da sub-representação das parlamentares, é necessário que o Rio Grande do Sul invista cada vez mais em políticas públicas e afirmativas voltadas para a mulher, e que o papel principal do movimento feminista abranja a presença da mulher dentro do cenário da esfera pública na luta pela defesa de direitos conquistados e abrangência de novos direitos.

Além disso, faz-se necessário que as deputadas tratem sobre temáticas para as mulheres e apresentem projetos que sejam voltados para as políticas públicas direcionadas às mulheres. Em termos gerais, as parlamentares trouxeram na 52ª Legislatura vários temas sobre as mulheres em seus pronunciamentos. Teceram elogios, saudações ou exaltação da mulher e de seu papel social.

Falaram sobre o feminismo, história da mulher e política social. Trouxeram críticas e reivindicações sobre as mulheres. Comentaram sobre o papel da mulher na família e sobre a saúde das mulheres. Fizeram homenagens aos movimentos ou personagens envolvidas com a luta das mulheres e falaram sobre algumas políticas públicas para a mulher e sobre a desigualdade dos direitos civis.

Entretanto, não identificamos uma coerência entre o que é falado sobre as mulheres e o que é de fato feito efetivamente na prática. Finalizamos afirmando que as falas e projetos das deputadas gaúchas devem conter políticas voltadas para as mulheres, para que possamos continuar avançando na busca da igualdade de gênero dentro e fora do Parlamento.

## REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, 2008, vol.51, no. 4, p.895-939. ISSN 0011-5258.

\_\_\_\_\_. **Mulheres e participação política**. Belém: NAEA/PLADES/ UFPA, 1996.

ALVAREZ, Sonia. **Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia**. In. STEPAN, Alfred. Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 315-380.

\_\_\_\_\_. Feminismos Latinoamericanos. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, vol. 6, n. 2, p. 265-284, 1998b.

ARAÚJO, Clara. Cidadania Incompleta: **O Impacto da Lei de Cotas sobre a Representação Política das Mulheres Brasileiras**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 1999.

\_\_\_\_\_. “As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais”. **Dados**, 44 (1): 155-195, 2001.

\_\_\_\_\_. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Rev. Sociol. Polit.**, Jun 2005, no.24, p.193-215. ISSN 0104-4478.

ARCHANJO, Daniela Resende. Representação política: um diálogo entre a prática e a teoria. **Rev. Sociol. Polit.** Fev 2011, vol.19, no.38, p.65-83. ISSN 0104-4478.

ARRUDA, ANGELA. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da Unesp, 2001.

\_\_\_\_\_. Participação Política da Mulher: O conservadorismo político feminino. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. (Organizadora), **Mulheres: da domesticidade à cidadania**. Brasil: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

BANCO MUNDIAL. **A questão do gênero no Brasil**. Brasília, 2003.

BANDEIRA, Lourdes. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas Políticas Públicas**. CEPAL. SPM, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BARRETO, Vicente. **Voto e Representação**, in Curso de Introdução à Ciência Política, 2a ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1984.

BARREIRA, I. “Práticas parlamentares, habitus e performances no campo da política: **a participação de mulheres no Congresso Nacional**”. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006, Caxambu. 30º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo : ANPOCS, 2006.

BARROS, Miguel de; SEMEDO, Odete Costa. **Manual de capacitação das mulheres em matéria de participação Política com base no gênero**. UNIOGBIS, 2012.

BIROLI, Flávia. **Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos**. *Cad. Pagu* [online]. 2010, n.34, pp. 269-299. ISSN 0104-8333.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: **O poder simbólico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opin. Publica*, Mar 2005, vol.11, no.1, p.147-168. ISSN 0104-6276.

\_\_\_\_\_ (Org.). **Movimentos sociais, participação e reconhecimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008, p. 143-164.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do Pós-Modernismo. **Cadernos Pagu** , n. 11, p. 11-42, 1998.

\_\_\_\_\_. Problemas de Gênero: **feminismo e subversão da identidade**; Trad. Renato Aguiar. – 2º ed. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **El género en disputa**. El feminismo y La subversión de la identidad. Capítulo 1. Sujetos de sexo/ género i deseo. Paidós. Barcelona, 1999.

CARLOTO, Cássia Maria. **Ruptura ou reforço da dominação**: gênero em perspectiva. Seminário Nacional de Coordenadorias da Mulher *Políticas públicas de enfrentamento das desigualdades de gênero nos governos locais*. Mesa 3 – Diretrizes para as políticas de igualdade. Organizado pela Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura do Município de São Paulo na URBIS – Feira e Congresso Internacional de Cidades. São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

CASTRO, Jorge Abrahão; MORAES NETO, Manoel; SADECK, Francisco; DUARTE, Bruno; SIMÕES, Helene. **Análise da evolução e dinâmica do Gasto Social Federal: 1995-2001**. Brasília: IPEA, 2003, p. 9. (Texto para Discussão, n. 988).

CASTRO, Mary Garcia. O Conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: **Notas sobre impasses teóricos**. Cad. CRH, Salvador, (17): 80-105, 1992.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. Teorias feministas: **da “questão da mulher” ao enfoque de gênero**. RBSE 8(24): 738-757, Dez 2009 ISSN 1676 8965.

COSTA, Ana Alice. **As donas no poder**. Mulher e política na Bahia. Salvador: Assembléia Legislativa/NEIM, 1998.

\_\_\_\_\_. **O movimento feminista no Brasil**: dinâmicas de uma intervenção política. Gênero, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1981.

COSTA, Dayana Dos Santos Delmiro. **Mulheres e Especialização Política**: trajetórias e recursos eleitorais entre as deputadas federais/estaduais no Maranhão. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Mestrado em Ciências Sociais, 2009.

COSTA, Delaine Martins. Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 231-224, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ampliação da participação feminina no governo local**: um trabalho de Sísifo? São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 1997. p. 35-54. (Papers, n. 30).

\_\_\_\_\_. Gênero, representação e liderança feminina na política municipal: **prefeitas brasileiras (2001-2004)**. In: INATITUTO Brasileiro de Administração Municipal. Participação feminina na construção da democracia: levantamento do resultado das eleições municipais (1992 a 2000), estaduais e federais (1994 a 2002). 4. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2004.

\_\_\_\_\_. GRILL, Igor Gastal, ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira e LIMA, Gilberto Nascimento. Mulheres e elites locais no Maranhão: **Perfis, Trajetórias e Campanhas**. II Seminário Nacional de Sociologia e Política. Teorias e Desafios Contemporâneos. Anais do Evento, 2010, Volume 2, pp. 3-24.

CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na câmara dos deputados, 1988-2006. **Dados** [online]. 2009, vol.52, n.2, pp. 263-299. ISSN 0011-5258. doi: 10.1590/S0011-52582009000200001.

.CYPRIANO, B; REZENDE, D. L; ASSIS, M. P. F. **A presença das mulheres brasileiras na política**: uma discussão sobre as cotas legislativas sob o enfoque da política da diferença. In: LÜCHMANN, L. H. H; SELL, C. E.; BORBA, J. (Org.). *Movimentos sociais, participação e reconhecimento*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008, p. 143-164.

DOWNS, Anthony, **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo, Edusp, 1999.

FINAMORE, Maria Cláudia; CARVALHO, Coin Eduardo João. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Um olhar sobre os estereótipos de gênero na mídia**. *O retrato de Dilma Rousseff na edição especial de Época pós-eleição 2010*. Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades, v. XVI, p. 186-203, 2013.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

CHODOROW, Nancy. **The Reproduction of Mothering**. Berkeley: University of California Press, 1978.

GOETZ, Anne-Marie. The politics of integrating gender to state development processes: **trends, opportunities and constraints in Bangladesh, Chile, Jamaica, Mali, Morocco and Uganda**. Geneva: UNRISD, Occasional Paper, n. 2, 1995.

GRILL, Ígor Gastal. As Bases das heranças Políticas no Rio Grande do Sul : Parentesco, Partidos e Redes. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 10(2): 160 159-197, ago./2004.

GROSSI, M. P; MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, no. 1, p. 167-206, 2001.

GUIONNET, Christine. "**Entrées de femmes em politique**. L'irréductibilité du genre à l'heure de La parité". *Politix*, v.15, nº60, 2002. P.113-146.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e condição feminina: **uma abordagem** antropológica. In: NEVES, M.G.R., COSTA, D.M. (coords) *Mulheres e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF. p. 23-38, 1991.

HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. **Boitempo Editorial**, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pesquisas sociológicas sobre relações de gênero na França**. (Núcleo do estudo da mulher e relações sociais de gênero). Cadernos da USP, São Paulo, 1987.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence**. New York, Cambridge University Press, 2005.

\_\_\_\_\_ ; NORRIS, Pippa e WELZEL, Christian. 2002. **Gender equality and democracy**. *Comparative sociology*, 1(3/4): 321-345. <http://dx.doi.org/10.1163/156913302100418628>.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher: a moral e o imaginário: 1889 – 1930**: Rio Grande do Sul. EDIPUCRS. 1995.

KINZO, MARIA D'ALVA G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo, Perspec.*, Dez 2001, vol.15, no.4, p.3-12. ISSN 0102-8839.

\_\_\_\_\_. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Rev. bras. Ci. Soc.* Fev 2004, vol.19, no.54, p.23-40. ISSN 0102-6909.

KUNZLER, Laci Maria. Participação das mulheres na política representativa. **Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis. Agosto de 2008, vol. 8, p. 1-6.

LAMAS, Marta. **O gênero é cultura**. V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural. Almada, Portugal, 2007.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P. e CASTELLO, Graziela. (2006). Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, fev., vol. 21, nº. 60.

LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. **Fazendo Gênero 8- Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

LOBO, Elizabeth Souza. **O trabalho como linguagem**: o gênero no trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 14. 1990, Caxambu.

LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me: **o que significa gênero?** *Soc. estado*. [online]. 2006, vol.21, n.3, pp. 711-724. ISSN 0102-6992.

LOVENDUSKI, Joni; NORRIS, Pippa. Westminster Women: **the Politics of Presence**. *Political Studies*, v. 51, p.84–102, 2003.

LÜCHMANN, Hann Helena Lígia e ALMEIDA, Rodrigues Cecília Carla. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 86-94 jan./jun. 2010.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O discurso político monarquiano e a recepção do conceito de poder moderador no Brasil (1822-1824). *Dados*, Set 2005, vol.48, no.3, p.611-653. ISSN 0011-5258.

MACHADO, Mônica. A retórica da reeleição: mapeando os discursos dos Programas Eleitorais (HGPE) em 1998 e 2006. *Opin. Publica*, Jun 2009, vol.15, no.1, p.159-189. ISSN 0104-6276.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n<sup>o</sup> 29 ano 10. p: 5-34, 1995.

\_\_\_\_\_ ; PRZEWORSKI, Adam and Stokes; SUSAN C. Eleições e representação. *Lua Nova*, 2006, no.67, p.105-138. ISSN 0102-6445.

MARIUCCI, Elza Marques da Silva; CASTILHO, Cleide de Fátima Viana. A Participação Política e a família no contexto do público e do privado. **Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Londrina, 18 e 19 de Agosto de 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. **Dados**, Mar 2009, vol.52, no.1, p.201-221. ISSN 0011-5258.

\_\_\_\_\_. Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral. **Sociologias**, Jun 2004, no.11, p.238-258. ISSN 1517-4522.

\_\_\_\_\_. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001.

\_\_\_\_\_. BIROLI, Flávia. Mídia e representação política feminina: hipóteses de pesquisa. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 15, nº 1, Junho, 2009, p.55-81.

MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: **representação e “singularidade feminina”**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 253-267, 2001.

\_\_\_\_\_. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 91-102, 2000.

MIGUEL, Sônia M. **A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro**. Brasília. Cfemea, 2000.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7. Ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MIRANDA, Geralda Luiza de. A influência da dinâmica eleitoral sobre o comportamento dos partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. **Dados**, 2009, vol.52, nº. 4, p.911-959. ISSN 0011-5258.

MOITA LOPES, L. P. da. Socioconstrucionismo: **discurso e identidades sociais**. In: Luiz P. da Moita Lopes (org.). Discursos de Identidades. Campinas, Mercado de Letras, 2003, p. 13- 38.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. Tradução de Ana Venitte Fuzato. São Paulo: Moderna, 1999.

MOTTA, Alda Britto da. **Gênero e Geração**: De Articulação Fundante a “Mistura Indigesta”. Imagens da mulher na cultura contemporânea / organizado por Sílvia Lúcia Ferreira e Enilda Rosendo do Nascimento. - Salvador: NEIM/ UFBA, 2002. 268p.- (Coleção Bahianas; 7).

NEGRÃO, TELIA. **Ciberespaço, Via de empoderamento de gênero e formação de capital social**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia, Ciências e História-IFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2006.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho. Os discursos das mulheres em posições de poder. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2006, vol. 9, n. 2, pp. 57-72.

NORRIS, Pippa. (2011), **Democratic Deficit**. New York, Cambridge University Press.

OLIVEIRA, Maria Coleta; MARCONDES, Gláucia dos Santos. **Contabilizando perdas e ganhos**: maternidade, trabalho e conjugalidade no pós feminismo. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

OLIVEIRA, de Rosane Cristina. Poderes Executivo e Legislativo: um painel sobre a nova fase de organização de interesses no interior do Estado (Brasil–anos 90). **Revista Acadêmica Multidisciplinar URUTÁGUA**, [online]. Ano I - Nº 04 - Maio de 2002 - Quadrimestral - Maringá - PR - Brasil - ISSN 1519.6178.

ORSATO, Andréia. Gênero e Representação Política: **Contribuições para o debate sobre democracia desde a presença feminina na Assembleia Legislativa Gaúcha**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN2179-510X.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. A modernidade envolve o campo político: representações e práticas do processo eleitoral na Porto Alegre da década de 1920. **Rev. Bras. Hist.**, Dez 2005, vol.25, no.50, p.97-130. ISSN 0102-0188.

PATEMAM, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PATRIAT, C. “**Perspectiva Cavalière**”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) *L'Hérité en Politique*. Paris: Economica, 1992.

PEREIRA, Carlos, Mueller, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados**, 2003, vol.46, no.4, p.735-771. ISSN 0011-5258.

PERELSON, Simone. Da subversão do gênero à reinvenção da política. **Ágora (Rio J.)**, Jan 2004, vol.7, no.1, p.157-159. ISSN 1516-1498.

PERISSINOTO, Renato Monseff e MIRÍADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. Rio de Janeiro: Revista **Dados**, vol. 52, nº 02, 2009.

PÉREZ, Reginaldo Teixeira. Racionalidade e representação: Requisitos para a exploração dos limites do político. Porto Alegre, Revista **Civitas**, Ano 1, nº 1, p. 123 a 146, 2000.

PINHEIRO, Luana. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. 248 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

PINTO, Céli Regina J. MORITZ, Maria Lúcia. A tímida presença da mulher na política brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 2, p. 61-87, 2009.

\_\_\_\_\_. SCHULZ, Rosangela e MORAES, Taís Flaviana. Perfis, trajetórias, desempenhos: **uma pesquisa com as vereadoras gaúchas**. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2000.

PINTO, Joana Plaza. **Sobre discurso Feminista em Publicações**: A política do Grupo Transas do corpo. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004.

PITKIN, Hanna. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios, Constitucionales, 1985.

PHILLIPS, A. **Engendering Democracy**. Cambridge: Polity Press, 1991.

\_\_\_\_\_. **De uma política de ideias a uma política de presença?** Estudos Feministas. Ano 9, 2º semestre, 2001.

PRÁ, Jussara Reis. **Representação política da mulher no Brasil (1982-1990)**: a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional (Tese doutoral em Ciência Política). São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. Cidadania e gênero no processo de construção da democracia brasileira. In: Marcello Baquero. (Org.). Condicionantes da consolidação democrática: **ética, mídia e cultura política**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996, p. 91-132.

\_\_\_\_\_ ; EPPING, Léa . Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 20, p. 33-52, 2012.

\_\_\_\_\_ ; EPPING, Léa. **Pensamento feminista, intervenções teóricas e políticas**, 2012.

RABAY, Glória de Lourdes Freire. **Mulheres na política e autonomia**. Natal, RN, 2008.

\_\_\_\_\_ ; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. **Participação da Mulher no Parlamento Brasileiro e Paraibano**. ORG & DEMO, Marília, v.12, n.1, p. 81-94, jan./jun., 2011.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido . **Cultura Política e Gênero no Brasil**: estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina. In: IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, 2011, Belo Horizonte. Anais do IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública. Belo Horizonte: UFMG, 2011. v. 1.

RIBEIRO, Marilene da Cunha. **A construção do imaginário da mulher brasileira na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: o que revelam os jornais do período de 1890 a 1910**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, 2008.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. Ação afirmativa: o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica. **Revista de Informação Legislativa**, ano 33, nº131. Brasília, Julho/Setembro de 1996, p. 295.

SAFFIOTI, Heleieth. J. B. Rearticulando gênero e classe no Brasil. In: COSTA, Albertina Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (Orgs) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 186-21, 1992.

SANTANA, Anabela Maurício. Mulher mantenedora/Homem chefe de família: Uma questão de gênero e Poder. **Itabaiana: GEPIADDE**, Ano 4, Volume 8 | jul-dez de 2010.

SANTOS, Taysa Silva. Mulher, escrita e sociedade. **Revista Café com Sociologia**. Nº 1, Vol. 2, Abril de 2013.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro/ Brasília: Zahar Editores/ Ed. UnB, 1982.

\_\_\_\_\_. Teoria da Representação no Estado Representativo Moderno. Minas Gerais: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, 1962.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Diversidade de Gênero- **Mulheres**. (Org.). Direitos Humanos: Capacitação de Educadores: Fundamentos Culturais e Educacionais da Educação em Direitos Humanos. 1ªed. João Pessoa- PB: Editora da UFPB, 2008, v. 2, p. 41-55.

SOARES, Vera. Muitas faces do Feminismo no Brasil. Mulher e política : **Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. Ângela Borba, Nalu Faria, Tatau Godinho (organizadoras). — São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

\_\_\_\_\_. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In: **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1ª ed. -São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 161-180, 2004.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas para igualdade: **papel do Estado e diretrizes**. Seminário Nacional de Coordenadorias da Mulher Políticas públicas de enfrentamento das desigualdades de gênero nos governos locais. Mesa 3 – Diretrizes para as políticas de igualdade. Organizado pela Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura do Município de São Paulo, na URBIS – Feira e Congresso Internacional de Cidades. São Paulo, 2004.

SOW, Marilene Mendes. A participação feminina na construção de um parlamento democrático. **E-Legis**, n.05, p.79 - 94, 2º semestre de 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, 1990.

TABAK, Fanny. **Mulheres Públicas**: participação política e poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002, p. 77.

\_\_\_\_\_. **A mulher brasileira no Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

\_\_\_\_\_. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

0

VARGAS, Virginia. **Los nuevos derroteros a los feminismos latino-americanos**, 2000, Mimeo.

YOUNG, Iris Marion. **Representação Política, Identidade e Minorias**. Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006.

## REFERÊNCIAS DIGITAIS

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[www.al.rs.gov.br](http://www.al.rs.gov.br)>. Acesso em: 30 de Março de 2013.

Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/taquigrafia/Transcrições/SessõesPlenárias>. Acesso em 31 de Março de 2013.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[www.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia](http://www.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia)>. Acesso em: 08 de Outubro de 2013.

Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/ExDeputados](http://www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/ExDeputados)>. Acesso em: 06 de Setembro de 2013.

Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/ExDeputados/DeputadaStelaFarias](http://www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/ExDeputados/DeputadaStelaFarias)>. Acesso em: 02 de Outubro de 2013.

Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/ExDeputados/DeputadaKellyMoraes](http://www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/ExDeputados/DeputadaKellyMoraes)>. Acesso em: 01 de Setembro de 2013.

Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/ExDeputados/LeilaFetter](http://www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/ExDeputados/LeilaFetter)>. Acesso em: 31 de Agosto de 2013.

Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/ExDeputados/zilabreitenbach](http://www2.al.rs.gov.br/memorial/InformaçõesParlamentares/ExDeputados/zilabreitenbach)>. Acesso em: 15 de Outubro de 2013.

SILVANA COVATTI. Disponível em: <<http://www.silvanacovatti.com.br>>. Acesso em: 06 de Julho de 2013.